

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

CAMPUS DE TOLEDO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PGE

MESTRADO

MARCOS HENRIQUE ALVES

**IMPACTO REDISTRIBUTIVO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ (2012-2020)**

TOLEDO

2026

MARCOS HENRIQUE ALVES

**IMPACTO REDISTRIBUTIVO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ (2012–2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
– UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Econômico Regional

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior

TOLEDO

2026

Ficha Catalográfica

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Biblioteca do Campus de Toledo

Alves, Marcos Henrique.

Impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada sobre a desigualdade de renda no Paraná (2012–2020) / Marcos Henrique Alves. – Toledo, 2026.

78 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior.

1. Desigualdade de renda. 2. Benefício de Prestação Continuada. 3. Transferência de renda. 4. Políticas redistributivas. 5. Paraná. I. Rocha Junior, Weimar Freire da. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCOS HENRIQUE ALVES

IMPACTO REDISTRIBUTIVO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
– UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr
UNIOESTE

Prof. Dr. Flávio Braga de Almeida Gabriel
UNIOESTE

Prof. Dr. José Luiz Parré
UEM

Toledo, 07 de julho de 2026

RESUMO

ALVES, M. H. **Impacto redistributivo do benefício de prestação continuada sobre a desigualdade de renda no Paraná**. 78 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Campus Toledo, Unioeste, 2026.

Este trabalho analisa o impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a desigualdade de renda domiciliar per capita no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020. O BPC constitui um dos principais instrumentos de proteção social no Brasil, destinado a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A análise empírica foi realizada com base nos dados da PNAD Contínua, utilizando o índice de Gini como medida de desigualdade. Para tanto, construiu-se um cenário contrafactual em que os valores recebidos do BPC foram excluídos da renda domiciliar, permitindo comparar o índice de Gini com e sem a presença do BPC. Os resultados indicam que o programa exerce um efeito redistributivo estatisticamente significativo, contribuindo de forma consistente para a redução da desigualdade ao longo do período analisado. Contudo, a magnitude desse efeito mostrou-se limitada em termos agregados, em razão da cobertura restrita do programa e de seu peso relativamente reduzido na renda total. Verificou-se, ainda, que o impacto redistributivo tende a se intensificar em períodos de desaceleração econômica, o que sugere o caráter anticíclico do benefício. Conclui-se que, embora o BPC desempenhe papel relevante na proteção social dos grupos mais vulneráveis, seus efeitos sobre indicadores agregados de desigualdade são limitados, o que reforça a importância de políticas complementares voltadas ao fortalecimento do mercado de trabalho e à ampliação da renda do trabalho.

Palavras-chave: Índice de Gini. Vulnerabilidade social. Transferências de renda. Políticas redistributivas. Paraná.

ABSTRACT

ALVES, M. H. **Redistributive Impact of the Continuous Cash Benefit on Income Inequality in Paraná (2012-2020)**. 78 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Campus Toledo, Unioeste, 2026.

This work analyzes the redistributive impact of the Continuous Cash Benefit (BPC) on per capita household income inequality in the state of Paraná, Brazil, from 2012 to 2020. The BPC is one of the main social protection instruments in Brazil and is aimed at older adults and persons with disabilities in situations of socioeconomic vulnerability. The empirical analysis was based on data from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), using the Gini index as a measure of inequality. For this purpose, a counterfactual scenario was constructed in which the values received from the benefit were excluded from household income, allowing a comparison of the Gini index with and without the presence of the BPC. The results indicate that the program has a statistically significant redistributive effect, contributing consistently to the reduction of inequality throughout the period analyzed. However, the magnitude of this effect proved to be limited in aggregate terms, due to the program's restricted coverage and its relatively small share in total income. The findings also show that the redistributive impact tends to intensify during periods of economic slowdown, which suggests the countercyclical nature of the benefit. It is concluded that, although the BPC plays an important role in the social protection of the most vulnerable groups, its effects on aggregate inequality indicators are limited, which reinforces the importance of complementary policies aimed at strengthening the labor market and expanding labor income.

Keywords: Gini index. Social vulnerability. Income transfers. Redistributive policies. Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de Lorenz	42
Figura 2 - Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta	43

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 OBJETIVOS	12
Objetivo geral	12
Objetivos específicos	12
2 REVISÃO TEÓRICA	13
2.1 DESIGUALDADE DE RENDA: CONCEITOS E MEDIDAS	14
2.1.1 Estrutura de rendimentos e distribuição funcional da renda	16
2.1.2 Heterogeneidade do mercado de trabalho e desigualdade	17
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, REDISTRIBUIÇÃO E O PAPEL DO ESTADO	18
2.3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UNIVERSALISMO E FOCALIZAÇÃO	22
2.4 LIMITES REDISTRIBUTIVOS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA FOCALIZADAS.....	24
2.5 DESIGUALDADE ESTRUTURAL E LIMITES DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS	26
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	28
3 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	29
3.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E DESIGUALDADE.....	30
3.2 PROGRAMAS FOCALIZADOS E SEUS EFEITOS DISTRIBUTIVOS	32
3.3 TRANSFERÊNCIAS DE RENDA EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA	35
3.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ	36
3.5 SÍNTESE DA LITERATURA E LACUNAS DE PESQUISA	38
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
4.1 Medidas de desigualdade	41
4.1.1 Curva de Lorenz	41
4.1.2 Índice de Gini.....	43
4.1.2 Decomposição do índice de Gini e a medida da progressividade da parcela da renda	44

4.2	FONTES DE DADOS E FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS	48
4.3	IMPORTAÇÃO, TRATAMENTO E COMPATIBILIZAÇÃO DOS DADOS NO R 50	
4.4	INTEGRAÇÃO E RECORTE AMOSTRAL	51
4.5	IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E SIMULAÇÃO CONTRAFCTUAL 52	
4.6	CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI PONDERADO	53
4.7	CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DO BPC E NORMALIZAÇÃO TEMPORAL	54
4.8	PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	55
4.9	LIMITAÇÕES	56
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
5.1	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI COM E SEM O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	58
5.2	EFEITO REDISTRIBUTIVO E DINÂMICA TEMPORAL	60
5.3	VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E INTENSIDADE DO PROGRAMA	62
5.4	LIMITES DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE	67
5.5	DINÂMICA DOS GASTOS DO BPC E NORMALIZAÇÃO TEMPORAL: PARANÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA	68
5.6	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, POBREZA E O ALCANCE SOCIAL DO BENEFÍCIO	70
5.7	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, INTENSIDADE DO BENEFÍCIO E LIMITES DO IMPACTO REDISTRIBUTIVO	72
6.	CONCLUSÃO	73
	REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços recentes no combate à pobreza a desigualdade de renda no Brasil representa uma característica central da estrutura social nacional, persistindo como um desafio significativo.

A expansão das políticas de transferência de renda contribuiu para a melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis; contudo, a concentração de renda permanece elevada, o que evidencia limitações relevantes na capacidade dessas políticas de promover mudanças estruturais mais amplas na distribuição de renda.

Nesse cenário, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), destaca-se como um dos principais instrumentos de proteção social no Brasil. O benefício assegura a transferência de um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência, que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica, independentemente de ser contribuinte da previdência social. Trata-se, portanto, de uma política assistencial de caráter não contributivo, voltada à garantia de renda mínima para grupos socialmente mais expostos à pobreza e à exclusão.

Além de sua relevância social, o Benefício de Prestação Continuada insere-se no debate sobre desigualdade de renda, uma vez que sua transferência monetária pode contribuir para elevar a renda domiciliar per capita dos beneficiários e, conseqüentemente, produzir efeitos redistributivos. Ainda que programas focalizados como esses apresentem limitações quanto ao seu alcance agregado, a literatura aponta que reduz a vulnerabilidade social e na mitigação da pobreza, especialmente entre os estratos de menor renda.

No caso brasileiro, a análise dos efeitos distributivos das transferências públicas torna-se ainda mais relevante quando considerada em recortes regionais específicos. O estado do Paraná, embora apresente indicadores socioeconômicos mais favoráveis do que em outros estados brasileiros, não está imune às desigualdades de renda e às oscilações econômicas que afetam a renda do trabalho e as condições de vida da população.

Nesse sentido, investigar o impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada no Paraná permite compreender melhor o alcance do programa em uma

realidade regional particular e contribuir para o debate sobre a efetividade das políticas públicas de assistência social.

Apesar de o estado do Paraná ser o objeto central desta investigação, efetuaram-se análises comparativas com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e com o conjunto do Brasil. Essa abordagem permite situar os achados referentes ao Paraná frente às demais unidades da Região Sul e ao panorama nacional, viabilizando a identificação de semelhanças e divergências na dinâmica da desigualdade de renda e nos impactos redistributivos do Benefício de Prestação Continuada.

Além disso, esta pesquisa encontra-se em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente com o ODS 10, que corresponde a Redução das Desigualdades, na medida em que investiga os impactos redistributivos de uma política pública de transferência de renda dirigida à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De modo complementar, o estudo estabelece também uma interface com o ODS 1, que menciona a Erradicação da Pobreza, notadamente com a Meta 1.3, que versa sobre a implementação de sistemas e medidas de proteção social universais, assim como com a Meta 10.4, que estimula a adoção de políticas de proteção social capazes de promover maior equidade.

A delimitação temporal entre 2012 e 2020 mostra-se adequada por abranger diferentes contextos econômicos e sociais, incluindo períodos de desaceleração econômica e o início da pandemia de COVID-19, esse último com a capacidade de significar uma quebra estrutural nos dados posteriores a 2020. Esse recorte permite observar a evolução do efeito redistributivo do benefício em cenários distintos, bem como identificar seus limites como instrumento de redução da desigualdade de renda domiciliar per capita.

Diante desse contexto, esta dissertação analisa o impacto redistributivo do BPC sobre a desigualdade de renda no estado do Paraná, utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e procedimentos comparativos entre cenários com e sem a inclusão do benefício na renda domiciliar, bem como análises comparativas entre o Paraná, os demais estados da Região Sul e o Brasil.

Este estudo visa compreender em que medida o programa contribuiu para a redução da desigualdade no período analisado, bem como identificar os limites

impostos à sua capacidade de alterar os indicadores agregados de distribuição de renda.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O Benefício de Prestação Continuada ocupa posição central no sistema de proteção social brasileiro por assegurar renda mínima a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Apesar disso, ainda são relativamente escassos os estudos que examinam, de forma específica e regionalizada, os efeitos redistributivos do programa sobre a desigualdade de renda, especialmente no estado do Paraná.

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: **qual foi o impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada sobre a desigualdade de renda domiciliar per capita no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020?**

A justificativa deste estudo fundamenta-se, primeiramente, na relevância social do tema. O Benefício de Prestação Continuada constitui uma política pública essencial para a proteção de grupos vulneráveis, contribuindo para a garantia de renda mínima e a redução da privação material. A avaliação de seus efeitos distributivos possibilita uma compreensão mais precisa do papel do programa tanto no enfrentamento da pobreza quanto na mitigação da desigualdade de renda.

Em segundo lugar, a pesquisa justifica-se por sua relevância acadêmica. Apesar da existência de uma literatura consolidada sobre desigualdade de renda e transferências sociais no Brasil, persistem lacunas nos estudos que abordem especificamente o impacto do Benefício de Prestação Continuada em recortes regionais, com o uso de microdados e de simulações contrafactuais para mensurar seus efeitos sobre indicadores distributivos. Assim, o estudo contribui para o aprofundamento da discussão empírica acerca dos limites e do alcance redistributivo das políticas assistenciais focalizadas.

Adicionalmente, a pesquisa é relevante para a formulação e avaliação de políticas públicas. Ao identificar a magnitude do efeito redistributivo do Benefício de Prestação Continuada e sua evolução temporal, o estudo fornece subsídios ao debate sobre a efetividade do programa, seus limites estruturais e sua articulação com outras políticas voltadas à redução da desigualdade. Dessa forma, contribui para o

aprimoramento de estratégias públicas de proteção social e de combate à vulnerabilidade social.

A escolha do recorte regional do Paraná justifica-se por possibilitar uma análise específica, capaz de evidenciar como o impacto do benefício se manifesta em um estado com características socioeconômicas particulares. Dessa forma, a pesquisa amplia a compreensão do papel do Benefício de Prestação Continuada na dinâmica distributiva e fortalece o debate sobre políticas públicas em escala subnacional.

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão explicitados os objetivos geral e específicos.

Objetivo geral

Avaliar o impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a desigualdade de renda domiciliar per capita no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020.

Objetivos específicos

- Estimar o índice de Gini da renda domiciliar per capita com e sem a inclusão do Benefício de Prestação Continuada;
- Decompor o índice de Gini por fontes de renda, identificando a contribuição relativa do Benefício de Prestação Continuada para a desigualdade total;
- Analisar a evolução temporal do impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada ao longo do período considerado;
- Investigar o papel do Benefício de Prestação Continuada como mecanismo de mitigação da desigualdade e da vulnerabilidade de renda em contextos econômicos adversos.

A dissertação está estruturada em seis seções. Na introdução, apresentam-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo; e como foi subdividida propriamente dita. A segunda seção reúne o referencial teórico, a seguir, a revisão da literatura sobre desigualdade de renda, políticas públicas redistributivas e transferências de renda, com destaque para o

Benefício de Prestação Continuada. A quarta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo as bases de dados, os indicadores e as estratégias analíticas empregadas. Em seguida, a quinta seção apresenta os resultados e a discussão, examinando o comportamento da desigualdade de renda no Paraná com e sem a presença do benefício. Por fim, a sexta seção expõe as conclusões da dissertação, seguida das referências.

2 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise da desigualdade de renda e o papel das políticas públicas redistributivas no desenvolvimento social. O debate teórico parte do entendimento de que a desigualdade constitui um fenômeno estrutural, relacionado tanto à distribuição da renda quanto aos mecanismos institucionais de proteção social. Nesse campo, a teoria econômica recorre a instrumentos como a Curva de Lorenz e o Índice de Gini para representar e mensurar a concentração de renda. Proposto por Gini (1912), esse indicador permite quantificar o grau de desigualdade na distribuição de renda e, por isso, é amplamente utilizado na avaliação dos efeitos redistributivos de políticas públicas. Sen (1973) e Atkinson (1970) também contribuíram para a consolidação desse arcabouço, ao destacarem a relação entre desigualdade, bem-estar social e equidade.

Em complemento, a perspectiva de desenvolvimento sustentável proposta por Sachs (2004) ressalta que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas também envolve inclusão social e o fortalecimento de mecanismos de proteção. Nessa direção, políticas públicas voltadas à garantia de renda assumem um papel relevante, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social. A partir desses fundamentos, o tópico seguinte discute os principais conceitos e medidas de desigualdade de renda, com destaque para a Curva de Lorenz e o Índice de Gini, que orientam a análise empírica deste estudo.

2.1 DESIGUALDADE DE RENDA: CONCEITOS E MEDIDAS

A desigualdade de renda é um dos temas centrais da análise econômica e das políticas públicas. Refere-se à forma como os recursos monetários são distribuídos entre indivíduos ou domicílios em uma sociedade. Esse conceito difere da pobreza, que está relacionada à insuficiência de renda para atender às necessidades básicas. Atkinson e Bourguignon (2015) destacam que uma sociedade pode apresentar baixos níveis de pobreza e, ainda assim, manter elevados níveis de desigualdade. Isso reforça a relevância analítica de tratar esses conceitos de forma distinta.

Do ponto de vista teórico, a desigualdade de renda é influenciada por múltiplos fatores. Entre eles, destacam-se o funcionamento do mercado de trabalho, os retornos diferenciados dos fatores de produção, o acesso desigual à educação e à saúde, bem como a estrutura institucional e tributária vigente. Para Piketty (2014), nas economias capitalistas, há grande concentração de renda e riqueza, que tende a se perpetuar ao longo do tempo na ausência de mecanismos redistributivos. Isso reforça o papel central do Estado na mitigação das desigualdades.

A mensuração da desigualdade de renda é fundamental tanto para a análise empírica quanto para a formulação de novas políticas públicas. Para esse fim, foram desenvolvidos diversos indicadores. Dentre eles, destacam-se os índices de Theil, as razões de quantis e o índice de Gini. Entre essas medidas, o índice de Gini destaca-se pela ampla utilização na literatura econômica e pela relativa facilidade de interpretação. Seus valores variam de zero, que representa a igualdade perfeita, a um, que indica a máxima desigualdade (Cowell, 2011). Sua popularidade decorre da capacidade de sintetizar, em um único indicador, a dispersão da renda ao longo de toda a distribuição.

Entretanto, a literatura aponta algumas limitações associadas ao uso do índice de Gini. Uma de suas principais características é a menor sensibilidade a variações nas extremidades da distribuição de renda, especialmente em comparação com outras medidas baseadas em entropia. Conforme observa Sen (1997), alterações mais concentradas nos estratos menos favorecidos da população podem produzir variações numéricas reduzidas no Gini, ainda que apresentem relevância social e

econômica significativa. Por essa razão, a interpretação de mudanças aparentemente pequenas desse indicador deve ser feita com cautela.

No contexto da avaliação das políticas públicas, variações modestas no índice de Gini não devem ser consideradas irrelevantes. Atkinson (2015) argumenta que mudanças pequenas, de poucos décimos de ponto, podem refletir transformações distributivas significativas, sobretudo quando decorrem de políticas direcionadas a grupos específicos da população. Dessa forma, a análise do impacto redistributivo dos programas de transferência de renda deve considerar não apenas a magnitude das variações observadas, mas também sua persistência e o contexto econômico em que ocorrem.

O uso do índice de Gini mostra-se adequado para analisar os efeitos redistributivos de políticas de transferência de renda ao longo do tempo, pois permite comparar cenários com e sem a intervenção estatal. Embora não capture integralmente todas as dimensões da desigualdade, o Gini constitui uma medida consistente para avaliar mudanças na distribuição da renda agregada, especialmente quando utilizado de forma complementar a uma análise institucional e teórica mais ampla.

Além das medidas de mensuração, é fundamental compreender que a desigualdade de renda constitui um fenômeno estrutural das economias capitalistas. Ela reflete a forma como os rendimentos são distribuídos entre indivíduos e famílias, a partir da inserção no mercado de trabalho, da posse de ativos e do acesso às políticas públicas. Conforme destaca Milanovic (2016), a desigualdade resulta da interação entre fatores de mercado e mecanismos institucionais, incluindo as políticas fiscais e os sistemas de proteção social. Esses elementos podem atuar tanto na ampliação quanto na redução das disparidades econômicas.

A renda das famílias é composta por diferentes fontes, entre as quais se destacam os rendimentos do trabalho, do capital, bem como as transferências governamentais. A estrutura distributiva dessas fontes apresenta distintos graus de concentração. Em regra, as rendas do capital são mais concentradas do que as do trabalho, enquanto as transferências públicas podem exercer uma função redistributiva relevante, a depender de seu desenho institucional e do grau de focalização (Hoffmann, 1998).

A desigualdade resulta não apenas da distribuição primária da renda, gerada no mercado, mas também da distribuição secundária, que incorpora os efeitos redistributivos das políticas públicas (Esping-Andersen, 1990).

2.1.1 Estrutura de rendimentos e distribuição funcional da renda

A compreensão da desigualdade de renda exige, em primeiro lugar, a análise de como os rendimentos são gerados e distribuídos entre os fatores de produção. A literatura clássica e contemporânea distingue a distribuição funcional da renda, isto é, a repartição entre trabalho e capital, da distribuição pessoal da renda, que se refere à forma como os rendimentos se distribuem entre indivíduos ou domicílios.

No debate internacional, Bourguignon (2004) destaca que a desigualdade resulta da interação entre o crescimento econômico, a estrutura produtiva e as instituições distributivas. De modo semelhante, Milanovic (2016) aponta que a desigualdade contemporânea está profundamente associada às transformações no mercado de trabalho, à crescente importância dos rendimentos do capital e às diferenças estruturais entre as economias.

No caso brasileiro, a predominância histórica dos rendimentos do trabalho na composição da renda domiciliar torna o mercado de trabalho um elemento central da dinâmica distributiva. Barros et al. (2006; 2010) demonstram que a queda da desigualdade observada nos anos 2000, esteve fortemente associada à melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho, em combinação com a expansão das transferências públicas.

Por outro lado, a literatura sobre a elevada concentração de renda no topo da distribuição, conforme evidenciam Medeiros (2005) e Medeiros, Souza e Castro (2015), aponta que os rendimentos do capital e das camadas superiores exercem influência significativa na manutenção da desigualdade estrutural brasileira.

A estrutura de rendimentos é um elemento fundamental na análise da desigualdade. Ela é composta por salários, rendimentos do trabalho por conta própria, rendimentos do capital e transferências. A partir dessa composição, torna-se possível examinar as medidas de desigualdade e sua decomposição por fonte de renda.

2.1.2 Heterogeneidade do mercado de trabalho e desigualdade

A desigualdade de renda no Brasil está profundamente relacionada à heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho. A coexistência dos setores formais e informais, as desigualdades educacionais e a segmentação ocupacional produzem padrões diferenciados de remuneração e estabilidade. Segundo Ferreira et al. (2013), a mobilidade econômica e a formação de uma classe média na América Latina estiveram associadas à expansão educacional e à formalização do emprego, fatores que contribuíram para a redução das disparidades salariais. Contudo, tais avanços não foram suficientes para eliminar as desigualdades estruturais.

Soares (2006) aponta que, entre 2001 e 2004, parte relevante da redução do índice de Gini decorreu da diminuição das disparidades no mercado de trabalho, especialmente entre os trabalhadores menos qualificados. Ainda assim, persistem diferenças marcantes entre empregados formais, trabalhadores autônomos e empregadores. Sob a perspectiva estrutural, a tradição desenvolvimentista brasileira já destacava essas desigualdades. Langoni (1973) associou a concentração de renda às diferenças educacionais e à estrutura ocupacional, enquanto Fishlow (1972) evidenciou a elevada concentração salarial observada durante o processo de industrialização.

Estudos recentes sobre desigualdade global e comparada reforçam que mercados de trabalho desiguais e elevada concentração de capital tendem a ampliar as disparidades distributivas quando não são contrabalançados por políticas públicas robustas (Atkinson, 2015; Piketty 2014). Nesse contexto, a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro permanece como um elemento estruturante da desigualdade, influenciando diretamente os resultados observados em medidas sintéticas, como o coeficiente de Gini.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, REDISTRIBUIÇÃO E O PAPEL DO ESTADO

A literatura sobre redistribuição destaca que a ação do Estado pode alterar significativamente a distribuição pessoal da renda por meio de políticas tributárias e de transferências sociais. Na tradição do *welfare state*, Titmuss (1974) enfatiza que a política social constitui um instrumento central de justiça distributiva. Em linha semelhante, Korpi e Palme (1998) argumentam que sistemas universalistas tendem a produzir maior redução da desigualdade do que modelos estritamente focalizados.

No contexto brasileiro, as análises de Draibe (1985) e de Fagnani (2005), demonstram que a consolidação dos direitos sociais após a Constituição de 1988 ampliou o papel redistributivo do Estado. Lavinhas (2013), por sua vez, discute as transformações recentes do sistema de proteção social brasileiro e seus limites estruturais. Já a literatura brasileira, especialmente os trabalhos de Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Soares et al. (2010), evidencia que os programas de transferência de renda focalizados na parcela mais vulnerável da população, contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade, embora seus efeitos redistributivos permaneçam condicionados à estrutura do mercado de trabalho e ao volume dos benefícios.

A atuação do Estado na redistribuição de renda também pode ser interpretada sob a perspectiva da economia política da desigualdade. Nessa abordagem, a distribuição de renda observada em uma sociedade não resulta apenas de mecanismos de mercado, mas também de disputas distributivas entre grupos sociais e da forma como as instituições públicas organizam a distribuição do excedente econômico. Conforme argumenta Bourguignon (2004), as políticas redistributivas emergem da interação entre o crescimento econômico, a desigualdade e as escolhas institucionais. De modo semelhante, Milanović (2016) destaca que os sistemas tributários e as políticas sociais refletem equilíbrios políticos que determinam a distribuição da renda nacional entre os diferentes segmentos da população.

A atuação do Estado na economia pode ser dividida em três funções centrais: alocativa, estabilizadora e distributiva. No âmbito da função distributiva, o Estado busca corrigir desigualdades decorrentes do funcionamento dos mercados, especialmente as associadas à distribuição da renda e da riqueza. Conforme argumenta Musgrave (1959), a redistribuição de renda constitui um dos pilares da

política fiscal, refletindo escolhas sociais relacionadas à equidade e ao bem-estar coletivo.

Do ponto de vista teórico, a justificativa para a intervenção do Estado na distribuição de renda está diretamente relacionada às falhas de mercado e à incapacidade dos mecanismos puramente econômicos de produzir resultados distributivos socialmente desejáveis. Mercados de trabalho segmentados, assimetrias de informação, desigualdades no acesso à educação e à saúde, bem como a concentração da renda do capital tendem a produzir níveis elevados de desigualdade, mesmo em contextos de crescimento econômico. Sen (1999) destaca que a desigualdade de renda não deve ser analisada apenas como resultado econômico, mas também como fenômeno social e institucional, capaz de afetar diretamente as capacidades e oportunidades dos indivíduos.

A literatura sobre desigualdade destaca que a distribuição de renda observada em uma economia não decorre exclusivamente das diferenças de produtividade entre os indivíduos, mas também da forma como os ativos econômicos, as oportunidades sociais e o acesso às políticas públicas se distribuem na sociedade. Conforme Bourguignon (2004), a desigualdade deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, relacionado não apenas à renda, mas também às condições estruturais que moldam as possibilidades de inserção econômica e social dos indivíduos. Nessa mesma direção, Stiglitz (2014) argumenta que mercados imperfeitos, marcados por assimetrias de informação e por diferentes capacidades de acesso a recursos estratégicos, tendem a reproduzir vantagens cumulativas para determinados grupos sociais, ampliando a concentração de renda e limitando a mobilidade social. Assim, a intervenção estatal, por meio de políticas redistributivas, transferências de renda e ampliação do acesso a serviços públicos essenciais, constitui um elemento central na redução de desigualdades persistentes e na promoção de condições equitativas de bem-estar.

As políticas públicas voltadas à redistribuição de renda podem assumir diferentes formas, tradicionalmente classificadas em instrumentos tributários e de gasto. No campo da tributação, os impostos progressivos sobre a renda e o patrimônio desempenham um papel relevante na redução da desigualdade pós-tributação. Entretanto, em países caracterizados por sistemas tributários regressivos ou por baixa progressividade efetiva, como o Brasil, o potencial redistributivo dos impostos tende a

ser limitado, de modo que o principal efeito equalizador passa a ocorrer por meio de transferências monetárias (Lustig, Pessino e Scott 2014).

Nessa perspectiva, as políticas de gasto social, especialmente as baseadas em transferências monetárias, são cruciais no processo de redistribuição. As transferências diretas de renda constituem mecanismos imediatos de intervenção na distribuição, pois afetam diretamente a renda disponível dos domicílios beneficiários. Segundo Medeiros, Britto e Soares (2007), programas de transferência de renda podem ser concebidos como instrumentos fundamentais para a promoção da equidade, sobretudo quando direcionados a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A literatura destaca que o impacto redistributivo das transferências monetárias não depende apenas do volume de recursos envolvidos, mas também do desenho institucional dos programas. Aspectos como os critérios de elegibilidade, o valor do benefício, a cobertura populacional e os mecanismos de focalização influenciam diretamente a capacidade dessas políticas de alterar a distribuição de renda. Conforme Barr (2004), políticas sociais bem desenhadas devem equilibrar os objetivos de eficiência, equidade e sustentabilidade fiscal, reconhecendo que diferentes instrumentos produzem efeitos distributivos distintos.

Além disso, o papel redistributivo das transferências deve ser analisado à luz do ciclo econômico. Em períodos de expansão, a renda do trabalho tende a exercer maior influência sobre a distribuição de renda, reduzindo a importância relativa das transferências. Em contrapartida, em contextos de crise, recessão ou desaceleração econômica, os programas de transferência de renda assumem maior relevância, ao atuarem como mecanismos capazes de mitigar perdas de renda e conter aumentos mais acentuados da desigualdade. Esse caráter estabilizador das políticas sociais é amplamente discutido na literatura econômica e reforça o papel anticíclico das transferências monetárias (Esping-Andersen, 1990; Atkinson, 2015).

A atuação do Estado na redistribuição de renda não implica a eliminação das desigualdades, mas contribui para mitigá-las. A magnitude do impacto redistributivo das políticas públicas está condicionada a fatores estruturais mais amplos, como o funcionamento do mercado de trabalho, o nível de informalidade e a estrutura produtiva da economia. Assim, as políticas de transferência de renda devem ser compreendidas como componentes de um conjunto mais amplo de ações voltadas ao

apoio às famílias de baixa renda e à redução das desigualdades, e não como soluções isoladas para problemas distributivos complexos.

As transferências de renda constituem um dos principais mecanismos de redistribuição adotados pelos sistemas de proteção social contemporâneos. De acordo com Medeiros (2005), as transferências públicas têm potencial relevante para reduzir a desigualdade, especialmente quando destinadas a grupos de baixa renda, contribuindo para elevar a participação desses grupos na renda total.

No Brasil, programas de transferência de renda assumem um papel fundamental na redução da desigualdade desde o início dos anos 2000. Conforme Barros et al. (2010) e Soares (2006), as transferências governamentais contribuíram significativamente para a redução do índice de Gini, especialmente entre os grupos de menor renda.

As políticas redistributivas envolvem, necessariamente, conflitos distributivos, uma vez que implicam transferências de recursos entre diferentes grupos sociais. Como argumenta Piketty (2014), as instituições fiscais e os sistemas de transferência expressam escolhas políticas sobre a forma de repartição da renda gerada na economia. No Brasil, Soares (2006) aponta que a expansão das políticas de transferência de renda foi relevante para a redução da desigualdade nas últimas décadas, evidenciando a importância do Estado como agente de mediação dos conflitos distributivos.

No contexto latino-americano, as políticas de transferência de renda consolidaram-se como instrumentos centrais dos sistemas de proteção social, especialmente em sociedades marcadas por elevados níveis de desigualdade e de informalidade no mercado de trabalho. No Brasil, a ampliação das políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988 contribuiu para a consolidação de um sistema de seguridade social articulado em torno da previdência, da saúde e da assistência social. Conforme destacam Draibe (1985) e Luciana Jaccoud (2009), a institucionalização dessas políticas representou um avanço importante na construção de mecanismos de proteção social voltados à redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Entretanto, o impacto redistributivo dessas transferências não é automático, pois depende de fatores como o valor do benefício, o grau de focalização e a cobertura populacional (Korpi; Palme, 1998).

2.3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UNIVERSALISMO E FOCALIZAÇÃO

Os programas de transferência de renda constituem um dos principais instrumentos de política social utilizados pelos Estados contemporâneos para mitigar a pobreza e reduzir as desigualdades. No entanto, a literatura teórica e empírica aponta que seus efeitos redistributivos dependem, de forma decisiva, do desenho institucional adotado, especialmente quanto ao grau de universalismo ou de focalização. Por essa razão, a distinção entre programas universais e focalizados ocupa posição central no debate sobre políticas públicas e desigualdade de renda.

De modo geral, os programas universais caracterizam-se pela concessão de benefícios a amplos segmentos da população, independentemente de critérios estritos de renda ou de condição socioeconômica. Esse modelo está historicamente associado aos sistemas de bem-estar social consolidados em países desenvolvidos, nos quais a proteção social é concebida como um direito de cidadania. Segundo Esping-Andersen (1990), o universalismo tende a promover maior coesão social e legitimidade política, além de apresentar um potencial redistributivo mais amplo quando avaliado em termos agregados.

Os programas universais exercem impacto relevante nos indicadores de desigualdade, pois alcançam uma parcela significativa da população e mobilizam volumes expressivos de recursos. Korpi e Palme (1998) argumentam que políticas universais, ao ampliarem a base de beneficiários, tendem a alterar a distribuição de renda de forma mais perceptível, especialmente quando combinadas a sistemas tributários progressivos. Contudo, esse modelo envolve custos fiscais elevados e, por isso, pode apresentar limitações em contextos de restrição orçamentária, sobretudo em economias em desenvolvimento.

Em contraste, os programas focalizados concentram-se em grupos específicos mais vulneráveis, com base em critérios de elegibilidade relacionados à renda, à idade, à deficiência ou a outras características socioeconômicas. A principal justificativa teórica para a focalização reside na busca por maior eficiência alocativa, isto é, na maximização do impacto social com recursos públicos limitados. Ravallion (2003) e Coady, Grosh e Hoddinott (2004) destacam que programas focalizados,

tendem a apresentar maior efetividade na redução da pobreza extrema, pois direcionam transferências diretamente aos indivíduos com menor renda.

Entretanto, a literatura também ressalta que a focalização impõe limites importantes ao potencial redistributivo dos programas quando avaliados por meio de indicadores agregados de desigualdade, como o índice de Gini. Como atendem a um contingente relativamente restrito da população e envolvem montantes financeiros reduzidos em relação à renda total da economia, os programas focalizados tendem a produzir alterações modestas na distribuição global da renda. Nesse sentido, Lavinas (2013) observa que políticas altamente focalizadas, embora eficazes para aliviar situações de privação, raramente promovem mudanças substanciais nos níveis gerais de desigualdade.

Além disso, os programas focalizados enfrentam desafios operacionais e institucionais, como erros de inclusão e exclusão, custos administrativos e estigmatização dos beneficiários. Sen (1999) argumenta que o excesso de focalização pode comprometer a legitimidade social das políticas de transferência, reduzindo seu apoio político e, conseqüentemente, sua sustentabilidade ao longo do tempo. Esses fatores também podem limitar tanto a expansão da cobertura quanto o valor dos benefícios, reforçando os efeitos redistributivos restritos desses programas.

Apesar dessas limitações, a literatura reconhece que os programas focalizados desempenham um papel crucial em países com elevada desigualdade e restrições fiscais, especialmente quando o objetivo prioritário é a proteção dos grupos mais vulneráveis. Barr (2004) destaca que, em contextos como o das economias latino-americanas, em que a pobreza e a desigualdade assumem maior intensidade, a focalização surge como uma resposta pragmática às limitações orçamentárias do Estado. Isso permite avanços relevantes no combate a essas situações, ainda que com impacto reduzido na desigualdade agregada.

Dessa forma, o debate entre universalismo e focalização não deve ser interpretado como uma escolha dicotômica, mas como um contínuo de possibilidades de desenho institucional. A combinação entre políticas universais e focalizadas, adaptadas às características econômicas e sociais de cada país, tende a produzir resultados mais equilibrados em termos de eficiência, equidade e sustentabilidade fiscal. Essa perspectiva é relevante para a análise de programas de transferência de

renda no contexto brasileiro, marcado por elevada desigualdade estrutural e por um sistema de proteção social fortemente orientado à focalização.

2.4 LIMITES REDISTRIBUTIVOS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA FOCALIZADAS

Embora os programas de transferência de renda focalizados sejam fundamentais na mitigação da pobreza e na proteção de grupos socialmente vulneráveis, a literatura econômica destaca que seu potencial redistributivo, quando avaliado por meio de indicadores agregados de desigualdade, é estruturalmente limitado. Essa limitação não decorre de falhas no desenho das políticas, mas sim das próprias características desses programas, especialmente no que se refere à cobertura populacional e à magnitude relativa dos benefícios concedidos.

Do ponto de vista teórico, a capacidade de uma política pública de alterar significativamente a distribuição de renda depende da proporção da renda total da economia afetada pela intervenção. Conforme argumenta Bourguignon (2004), programas sociais que transferem recursos a uma parcela restrita da população, ainda que bem focalizados nos estratos de menor renda, tendem a produzir variações modestas nas medidas agregadas de desigualdade. Isso ocorre porque o índice de Gini reflete apenas a distribuição da renda em toda a população e, por isso, é relativamente pouco sensível a alterações concentradas nas extremidades inferiores da distribuição.

Medeiros, Britto e Soares (2007) reforçam esse argumento ao destacar que as transferências focalizadas, mesmo quando eficazes na elevação da renda dos mais pobres, têm impacto limitado sobre a desigualdade total, sobretudo quando o valor dos benefícios representa uma parcela pequena da renda agregada. Em economias marcadas por elevada concentração de renda nos estratos superiores, como é o caso do Brasil, a dinâmica da desigualdade é fortemente influenciada pela renda do capital e pelos rendimentos do trabalho nos quantis mais elevados, o que reduz o peso relativo das transferências focalizadas nos indicadores globais.

Além disso, o efeito redistributivo das transferências focalizadas depende do funcionamento do mercado de trabalho. Em períodos de crescimento econômico, a expansão do emprego e da renda do trabalho tende a dominar a dinâmica distributiva,

reduzindo a influência relativa das políticas de transferência. Em contrapartida, em períodos de crise ou desaceleração, quando o mercado de trabalho se deteriora, as transferências focalizadas assumem um papel bem mais relevante na contenção do aumento da desigualdade, ainda que não promovam reduções expressivas nos níveis agregados. Esse comportamento anticíclico das políticas sociais é amplamente documentado na literatura (Ravallion, 2016; Atkinson, 2015).

Além de seus efeitos distributivos, os programas de transferência de renda também podem desempenhar uma função relevante na estabilização macroeconômica. Na tradição keynesiana, as políticas fiscais têm capacidade de atuar de forma contracíclica, sustentando a demanda agregada em períodos de desaceleração econômica. Nesse sentido, as transferências destinadas a famílias de baixa renda tendem a apresentar elevada propensão ao consumo, atuando como estabilizadores automáticos da economia. Musgrave (1959) argumenta que os sistemas de transferências públicas contribuem para suavizar as flutuações econômicas ao manterem o nível de renda disponível das famílias em períodos de crise.

Outro fator que limita o estudo do impacto redistributivo dessas políticas diz respeito à sustentabilidade fiscal e às restrições orçamentárias enfrentadas pelos Estados. A ampliação do valor dos benefícios ou da cobertura dos programas focalizados implica custos fiscais crescentes, o que frequentemente impõe limites políticos e institucionais à expansão dessas políticas. Barr (2004) observa que, em contextos de restrição fiscal, a focalização surge como estratégia de maximização do impacto social diante de recursos mais escassos, mas ao custo de um efeito redistributivo agregado reduzido.

A literatura também aponta que erros de focalização, como exclusões indevidas de indivíduos elegíveis ou inclusões de beneficiários fora do público-alvo, podem atenuar ainda mais o impacto redistributivo das transferências. Coady, Grosh e Hoddinott (2004) destacam que, mesmo em programas bem desenhados, imperfeições nos mecanismos de seleção são inevitáveis, o que contribui para a diluição do efeito distributivo observado nos dados agregados.

Dessa forma, os limites redistributivos dos programas de transferências de renda focalizados devem ser compreendidos como resultado de fatores estruturais, e não como evidência de ineficácia dessas políticas. Programas desse tipo

desempenham função central na redução da pobreza e na garantia de um nível mínimo de renda para as populações mais vulneráveis, ainda que apresentem impacto moderado nos indicadores globais de desigualdade. Essa característica é particularmente relevante para a análise empírica de seus efeitos, pois permite avaliar com maior precisão a magnitude e a persistência do impacto redistributivo ao longo do tempo.

2.5 DESIGUALDADE ESTRUTURAL E LIMITES DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS

A desigualdade de renda nas economias contemporâneas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, tem caráter estrutural e decorre da interação entre fatores históricos, institucionais e econômicos. Entre esses fatores, destacam-se a heterogeneidade do mercado de trabalho, a elevada informalidade, a concentração de ativos produtivos e financeiros, bem como as desigualdades no acesso à educação e às oportunidades econômicas. Nesse contexto, a distribuição de renda não é determinada exclusivamente por mecanismos de mercado, mas também pelas formas de organização social e pelas instituições que regulam o acesso aos recursos econômicos.

A literatura econômica também enfatiza que, em estruturas produtivas marcadas por forte concentração de renda e baixa mobilidade social, os rendimentos do trabalho e, sobretudo, os do capital desempenham um papel central na reprodução das desigualdades ao longo do tempo. Piketty (2014) afirma que a dinâmica de acumulação do capital tende a favorecer a concentração de renda, especialmente na ausência de mecanismos redistributivos robustos. Em linha semelhante, Bourguignon (2004) destaca que o impacto das políticas redistributivas está condicionado tanto à estrutura econômica quanto à forma como a renda é gerada e distribuída.

Nesse sentido, embora as políticas públicas possam mitigar parcialmente essas disparidades, sua capacidade de transformação estrutural é limitada quando não articuladas a mudanças mais amplas na estrutura produtiva e no funcionamento do mercado de trabalho. Atkinson (2015) ressalta que a redução consistente da desigualdade requer um conjunto abrangente de políticas, que envolvem não apenas

transferências monetárias, mas também intervenções no mercado de trabalho, no sistema tributário e no acesso a oportunidades.

As transferências monetárias, especialmente as de caráter focalizado, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), desempenham um papel fundamental na redução da pobreza e na garantia de um nível mínimo de renda para as populações vulneráveis. Ao elevarem diretamente a renda disponível dos estratos inferiores da distribuição, essas políticas contribuem para a melhoria das condições de vida e para a redução da privação material. No caso brasileiro, Soares (2006) evidencia que as transferências de renda tiveram participação relevante na redução da desigualdade nas últimas décadas, ainda que seus efeitos se distribuam de forma desigual ao longo da distribuição de renda.

Contudo, do ponto de vista da desigualdade agregada, seus efeitos tendem a ser limitados. Isso ocorre porque esses programas se destinam a uma parcela restrita da população e representam uma fração relativamente pequena da renda total da economia, o que reduz sua capacidade de alterar significativamente indicadores sintéticos, como o índice de Gini. Além disso, em contextos de elevada concentração de renda nos estratos superiores, a dinâmica da desigualdade é fortemente influenciada por rendimentos que não são diretamente afetados por essas políticas, como os provenientes do capital. De acordo com Medeiros (2005), uma parcela significativa da desigualdade brasileira está associada à elevada concentração de renda no topo da distribuição, o que limita o impacto redistributivo das transferências focalizadas.

Adicionalmente, o impacto redistributivo das transferências monetárias depende não apenas do volume, mas também do desenho institucional, da abrangência e da articulação com outras políticas públicas. Ravallion (2003) destaca que programas focalizados são altamente eficazes na redução da pobreza extrema, mas tendem a apresentar efeitos [modestos sobre a desigualdade agregada. No mesmo sentido, Lavinas (2013) afirma que as políticas excessivamente focalizadas, embora sejam eficientes do ponto de vista alocativo, têm alcance limitado na transformação da estrutura distributiva.

Dessa forma, embora as transferências de renda constituam um componente essencial dos sistemas de proteção social, seu papel deve ser compreendido como complementar, e não substitutivo, a um conjunto mais amplo de políticas estruturais.

A redução sustentável da desigualdade requer intervenções nos seus determinantes fundamentais, especialmente os relacionados à estrutura produtiva, ao mercado de trabalho e à distribuição de oportunidades. Essa perspectiva é enfatizada por Sen (1999), que destaca a importância das capacidades e do acesso a oportunidades na promoção do desenvolvimento e da equidade social.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

À luz do referencial teórico, observa-se que a desigualdade de renda constitui um fenômeno estrutural, resultante da interação entre mecanismos de mercado e arranjos institucionais, sobretudo no que se refere à atuação do Estado por meio de políticas redistributivas. Embora instrumentos como as transferências de renda desempenhem um papel relevante na mitigação das disparidades, sua efetividade não depende apenas do volume de recursos transferidos, mas também do desenho institucional das políticas e de sua articulação com outros determinantes estruturais da distribuição de renda.

A literatura evidencia que programas focalizados, como o BPC, apresentam elevada capacidade de proteção social ao garantir um nível mínimo de renda aos grupos mais vulneráveis, mas enfrentam limitações quanto ao impacto sobre os indicadores agregados de desigualdade. Essa característica decorre da cobertura restrita do programa e do peso reduzido dessas transferências na renda total da economia.

Dessa forma, a análise da desigualdade de renda não pode ser dissociada das condições estruturais do mercado de trabalho, da distribuição dos rendimentos do capital e da própria configuração do sistema de proteção social. Assim, o BPC deve ser compreendido como parte de um arranjo mais amplo de políticas públicas, cujo potencial redistributivo, embora relevante, está condicionado por fatores econômicos e institucionais mais amplos.

3 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Para compreender melhor os efeitos das políticas de transferência de renda sobre a desigualdade, é necessário reconhecer que esse tema ocupa posição central na literatura econômica aplicada, especialmente em países com elevados níveis de concentração de renda, como o Brasil. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo sistematizar as principais evidências empíricas e contribuições teóricas acerca do papel dessas políticas na dinâmica distributiva, com ênfase em seus impactos sobre a pobreza e em indicadores agregados de desigualdade.

A literatura evidencia que as transferências monetárias desempenham um papel relevante como instrumentos de proteção social, sendo eficazes na elevação da renda dos estratos mais vulneráveis da população. Contudo, os efeitos sobre a desigualdade agregada tendem a ser mais limitados, o que se reflete tanto no desenho institucional dos programas quanto nas características estruturais das economias em que se inserem.

Além disso, os resultados variam conforme o contexto analisado, abrangendo diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como especificidades regionais e institucionais. Nesse cenário, destacam-se as abordagens metodológicas que permitem decompor a desigualdade e identificar a contribuição relativa das diferentes fontes de renda, possibilitando uma análise mais detalhada do papel das transferências governamentais.

Este capítulo está estruturado em cinco seções complementares. A primeira reúne as principais evidências empíricas sobre os efeitos das transferências de renda na desigualdade, com base em estudos nacionais e internacionais. A segunda discute os programas focalizados, enfatizando seus efeitos distributivos, limites e implicações no âmbito das políticas sociais, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A terceira trata das transferências de renda em contextos de crise econômica. A quarta apresenta evidências empíricas sobre transferências de renda e desigualdade no Paraná, recorte deste estudo. Por fim, a quinta seção sintetiza a literatura e aponta as principais lacunas de pesquisa.

3.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E DESIGUALDADE

A literatura empírica sobre políticas de transferência de renda é ampla e diversificada, abrangendo diferentes contextos institucionais, níveis de desenvolvimento econômico e desenhos de programas. De modo geral, os estudos convergem para o entendimento de que as transferências monetárias desempenham papel relevante na redução da pobreza, ao mesmo tempo em que produzem efeitos moderados sobre os indicadores agregados de desigualdade, como o índice de Gini, utilizado neste trabalho.

No plano internacional, Atkinson (1995) e OECD (2011) demonstram que, em economias com sistemas de bem-estar consolidados, a combinação entre transferências e impostos pode reduzir substancialmente a desigualdade pós-tributação. Nessas economias, programas universais e transferências em larga escala têm capacidade significativa de alterar a distribuição de renda, sobretudo quando associados a sistemas tributários progressivos.

Em contraste, estudos voltados aos países em desenvolvimento apontam resultados distintos. Ravallion (2003) e World Bank (2018) destacam que, embora os programas de transferência focalizados sejam altamente eficazes na redução da pobreza extrema, seus efeitos sobre a desigualdade agregada tendem a ser limitados. Isso se deve, principalmente, ao reduzido peso relativo dessas transferências na renda total da economia e à forte concentração de renda nos estratos superiores.

No contexto latino-americano, a literatura empírica enfatiza o papel dos programas de transferência condicionada de renda na redução da pobreza e da desigualdade a partir dos anos 2000. Lustig, López-Calva e Ortiz-Juárez (2013) mostram que a expansão de políticas redistributivas contribuiu significativamente para a redução da desigualdade na região. No entanto, os autores ressaltam que grande parte desse movimento esteve associada à melhora nos rendimentos do trabalho e ao aumento do salário mínimo, e não exclusivamente às transferências monetárias.

No caso do Brasil, estudos como os de Barros et al. (2010) e Hoffmann (2013a) indicam que a contínua redução da desigualdade observada entre o início dos anos 2000 e meados da década de 2010 resultou de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a valorização do salário mínimo, a expansão do emprego formal e o

fortalecimento dos programas de transferência de renda. Ainda que os autores reconheçam a contribuição direta desses programas para a redução do índice de Gini, esse efeito, embora estatisticamente significativo, apresenta magnitude relativamente modesta em termos absolutos.

Ao focalizar programas específicos de transferência de renda, Soares et al. (2010) e Medeiros, Souza e Castro (2015) evidenciam que iniciativas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada exercem forte impacto na redução da pobreza e da extrema pobreza, ao elevar a renda dos domicílios situados na base da distribuição. Contudo, quando analisados sob a ótica da desigualdade agregada, os efeitos observados sobre o Gini tendem a ser de pequena magnitude, o que reflete os limites estruturais discutidos na literatura teórica.

Os estudos baseados em simulações contrafactuais reforçam essa evidência. Ferreira et al. (2013) demonstram que a exclusão hipotética das transferências da renda domiciliar per capita resulta em aumentos mais consistentes, embora relativamente pequenos, no índice de Gini. Esses resultados sugerem que, ainda que as transferências contribuam para conter a desigualdade, sua capacidade de transformá-la de forma substantiva está condicionada pelo desenho dos programas e pelo contexto econômico mais amplo.

Em síntese, a literatura empírica aponta que os programas de transferência de renda são instrumentos eficazes para a proteção social e redução da pobreza, ao mesmo tempo em que exercem impacto moderado sobre os indicadores agregados de desigualdade. Essa constatação reforça a importância de análises empíricas que investiguem não apenas a existência do efeito redistributivo, mas também sua magnitude, persistência e variação ao longo do tempo, especialmente em contextos regionais específicos.

A literatura empírica brasileira apresenta uma ampla tradição na análise da desigualdade por meio da decomposição do índice de Gini em diferentes fontes de renda. Estudos pioneiros, como os de Hoffmann (1998), destacam que a desigualdade da renda domiciliar no Brasil pode ser compreendida a partir da contribuição relativa de diferentes componentes da renda, entre os quais se destacam os rendimentos do trabalho, as aposentadorias e as transferências governamentais. Soares (2006), aprofunda essa abordagem ao analisar a evolução da distribuição de renda no país e

identificar o papel de diferentes fontes na redução da desigualdade observada nas últimas décadas.

A decomposição da desigualdade constitui uma importante ferramenta analítica para compreender a contribuição relativa das diferentes fontes de renda para a formação da desigualdade total. Conforme destacam Shorrocks (1982), Hoffmann (1998) e Hoffmann (2006b), essa abordagem permite identificar tanto o grau de concentração de cada fonte de renda quanto sua contribuição marginal para a desigualdade, além de evidenciar quais componentes ampliam ou reduzem a concentração da renda. No contexto brasileiro, sua aplicação mostra que os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de desigualdade, enquanto as transferências sociais exercem um efeito redistributivo relevante, o que permite mensurar com mais precisão o impacto das transferências governamentais sobre a estrutura distributiva da renda.

3.2 PROGRAMAS FOCALIZADOS E SEUS EFEITOS DISTRIBUTIVOS

Os programas sociais focalizados, frequentemente associados à transferência de renda, ocupam posição central na literatura empírica sobre políticas sociais em países em desenvolvimento, sobretudo em contextos marcados por elevada desigualdade de renda e por restrições fiscais. Em geral, esses programas têm como objetivo proteger os grupos sociais mais vulneráveis da população, direcionando recursos públicos a indivíduos e domicílios situados nos estratos inferiores da distribuição de renda. A evidência empírica mostra que tais políticas são particularmente eficazes na redução da pobreza e da extrema pobreza, embora apresentem efeitos mais modestos nos indicadores agregados de desigualdade.

No contexto internacional, Ravallion (2003) destaca que os programas focalizados buscam maximizar o impacto distributivo por unidade de gasto público, ao direcionarem as transferências de renda diretamente aos mais pobres. Estudos comparativos conduzidos por Coady, Grosh e Hoddinott (2004) reforçam essa conclusão ao demonstrar que programas bem focalizados conseguem concentrar uma parcela significativa dos benefícios nos quantis inferiores da distribuição de renda. Os autores ressaltam, contudo, que essa eficiência não se traduz necessariamente em

reduções expressivas do índice de Gini, em razão da limitada abrangência populacional e do reduzido peso relativo das transferências na renda total.

A literatura empírica latino-americana oferece amplo suporte a essa interpretação. Lustig, Pessino e Scott (2014), mostram que os programas de transferência focalizados contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade na região ao longo dos anos 2000. Ainda assim, os autores observaram que a maior parte da queda do índice de Gini esteve associada a outros fatores, como o mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo e a formalização do emprego. Nesse contexto, as transferências monetárias atuaram como mecanismos de amortecimento das desigualdades, e não como vetores centrais de transformação distributiva.

No Brasil, os programas de transferência de renda focalizados constituem componentes centrais do sistema de proteção social, com destaque para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Estudos como os de Barros et al. (2010) e Hoffmann (2013b) evidenciam que esses programas desempenham um papel bastante relevante na redução da pobreza e na elevação da renda dos domicílios mais pobres, ao mesmo tempo em que produzem impacto limitado, embora estatisticamente significativo, sobre o índice de Gini.

Recentemente, a literatura passou a incorporar críticas e reflexões mais complexas sobre os limites dessas políticas. Ivo (2023) argumenta que, ao se estruturarem em uma lógica focalizada, programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada – BPC, podem promover uma cidadania tutelada e passiva, integrando os pobres ao sistema de proteção de forma segmentada e controlada. Sob essa perspectiva, torna-se necessário avançar para além da mera transferência monetária, articulando políticas de cuidado, serviços públicos universais e formas de participação social que promovam a autonomia e a justiça distributiva.

Em relação ao BPC, a literatura aponta que seu desenho institucional, marcado por critérios rigorosos de elegibilidade, pelo valor total do benefício atrelado ao salário mínimo e pela cobertura restrita a idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema vulnerabilidade, confere ao programa elevada capacidade de proteção social, mas restringe seu potencial redistributivo agregado. Jaccoud (2009) destaca que o BPC exerce impacto expressivo sobre a renda dos beneficiários, reduzindo significativamente a pobreza extrema entre idosos e pessoas com

deficiência, especialmente em domicílios em que o benefício é a principal fonte de renda.

Do ponto de vista da desigualdade, entretanto, o impacto do Benefício de Prestação Continuada tende a ser moderado quando avaliado por meio de indicadores agregados. Medeiros, Souza e Castro (2015) mostram que, embora o programa contribua para a redução da desigualdade ao elevar a renda dos estratos mais pobres, seu efeito sobre o índice de Gini é relativamente pequeno, refletindo tanto o número limitado de beneficiários, quanto o peso reduzido do benefício na renda total da economia. Resultados semelhantes são encontrados por Hoffmann (2018), que ressalta que transferências focalizadas, mesmo quando bem direcionadas, dificilmente produzem alterações substanciais na desigualdade global.

Além disso, a literatura sugere que o impacto distributivo do BPC pode variar ao longo do tempo e conforme o contexto econômico. Em períodos de desaceleração econômica ou crise, quando a renda do trabalho se reduz e a taxa de desemprego se eleva, o benefício tende a assumir um papel mais relevante na composição da renda domiciliar dos beneficiários, ampliando seu efeito relativo sobre a desigualdade. Essa característica anticíclica é destacada por Jaccoud (2009), que aponta o BPC como um importante instrumento de proteção social em contextos de instabilidade econômica.

Em síntese, a evidência empírica indica que programas focalizados, como o BPC, cumprem um papel essencial na redução da pobreza e na garantia de um nível mínimo de renda para as populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que apresentam um impacto limitado, porém consistente, sobre os indicadores agregados de desigualdade. Essa constatação reforça a relevância de análises empíricas que investiguem, de forma detalhada, a magnitude e a persistência desses efeitos, bem como sua variação ao longo do tempo e entre diferentes contextos regionais.

Estudos empíricos também apontam que as transferências sociais cumprem um papel significativo na redução da desigualdade de renda no Brasil. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Barros et al. (2010), Soares (2006) e Medeiros (2005), que demonstram que a redução observada no índice de Gini pode ser atribuída, em parte, à expansão das políticas de transferência de renda. Esses programas contribuem diretamente para o aumento da renda das famílias mais pobres, reduzindo, assim, a concentração da renda total (IPEA, 2025).

3.3 TRANSFERÊNCIAS DE RENDA EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA

A literatura indica que o impacto das transferências de renda sobre a desigualdade não permanece constante ao longo do tempo, pois varia conforme o ciclo econômico. Em períodos de crescimento, a dinâmica da distribuição da renda é fortemente influenciada pelo mercado de trabalho, especialmente pelo nível de emprego e pelos rendimentos do trabalho. Nesses contextos, o efeito das transferências monetárias tende a ser menor, uma vez que a renda do trabalho constitui a principal fonte de renda para a maioria dos domicílios (Hoffmann, 2006a).

Diversos estudos empíricos investigaram o impacto de programas de transferência de renda na desigualdade no Brasil. Entre eles, destacam-se os trabalhos de Barros et al. (2010), Soares (2006) e Hoffmann (2013a), que mostram que uma parte significativa da redução da desigualdade observada no país desde os anos 2000 esteve associada à expansão de políticas redistributivas e à valorização dos rendimentos do trabalho. Em complemento, essas análises indicam que programas direcionados a famílias de baixa renda contribuíram para reduzir a concentração da renda domiciliar, sobretudo ao ampliar a participação de rendimentos não provenientes do mercado de trabalho na composição da renda total (Soares, 2006).

Em contrapartida, em períodos de crise econômica ou de desaceleração, as transferências de renda passam a assumir um papel mais relevante na proteção social e na contenção do aumento da desigualdade. A retração da atividade econômica, o aumento do desemprego e a redução da renda do trabalho ampliam a importância relativa dessas políticas, especialmente as voltadas aos grupos mais vulneráveis. Ravallion (2016) destaca que programas de transferência focalizados tendem a apresentar caráter anticíclico, atuando como amortecedores das flutuações econômicas adversas.

Lustig et al. (2020), ao analisarem os efeitos distributivos durante a pandemia de COVID-19 na América Latina, mostram que os sistemas de proteção social evitaram aumentos mais acentuados da pobreza e da desigualdade. Embora as transferências de renda não tenham sido suficientes para reverter integralmente os

impactos negativos da crise, sua presença mitigou as perdas de renda, especialmente entre os estratos mais pobres da população.

No caso brasileiro, a literatura aponta que programas como o Bolsa Família e o BPC exerceram um papel relevante em períodos de instabilidade econômica, como durante a recessão de 2015/2016 e no contexto da pandemia a partir de 2020. Jaccoud (2009) e Hoffmann (2018) destacam que, nesses períodos, a renda proveniente das transferências passou a representar parcela mais significativa da renda domiciliar dos beneficiários. Com isso, seu efeito relativo sobre os indicadores de desigualdade se ampliou, ainda que sem provocar mudanças mais expressivas nos níveis agregados do índice de Gini.

Adicionalmente, estudos baseados em simulações contrafactuais indicam que a ausência de transferências de renda, em contextos de crise, resultaria em aumentos substancialmente maiores da desigualdade. Ferreira et al. (2013) demonstram que, ao excluir hipoteticamente os programas de transferência da renda domiciliar, o índice de Gini apresenta elevações mais pronunciadas em períodos de retração econômica, evidenciando o papel dessas políticas sociais como mecanismos de estabilização social em períodos de maior turbulência.

Assim, a literatura sugere que o principal efeito redistributivo das transferências de renda em contextos de crise não reside na promoção de reduções significativas da desigualdade, mas na contenção de seu agravamento. Essa característica reforça a importância das análises empíricas que considerem a evolução temporal dos efeitos distributivos, bem como sua sensibilidade às condições macroeconômicas, especialmente em economias marcadas por elevada desigualdade estrutural.

3.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ

A análise regional da desigualdade de renda constitui um elemento importante para a compreensão das dinâmicas distributivas no Brasil, tendo em vista as heterogeneidades econômicas e sociais existentes entre os estados. No Paraná, a literatura aponta para uma trajetória que se alinha ao padrão nacional, embora apresente especificidades relacionadas à estrutura produtiva, ao mercado de trabalho e às características demográficas da população.

Estudos indicam que o estado apresentou redução da desigualdade de renda ao longo dos anos 2000, em consonância com o movimento observado no Brasil. Esse processo foi impulsionado pela melhora nos rendimentos do trabalho, pela valorização do salário mínimo e, pela expansão das políticas de transferência de renda (Barros et al., 2010; Hoffmann, 2013b). No entanto, evidências mais recentes indicam que essa trajetória não se manteve, tendo sido parcialmente revertida em períodos de desaceleração econômica, especialmente a partir de meados da década de 2010, em consonância com a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho observada no Brasil (IPEA; IBGE). No Paraná, esse movimento também pode ser identificado por meio de indicadores do IPARDES, com base em dados do IBGE.

Quanto aos determinantes estruturais da desigualdade, a literatura destaca o papel central do mercado de trabalho na formação da renda domiciliar no Paraná. Fatores como o nível educacional, a formalização do emprego e a segmentação ocupacional continuam a exercer influência significativa sobre a distribuição de renda, refletindo padrões amplamente documentados no contexto brasileiro (Ferreira et al., 2013; Medeiros; Souza; Castro, 2015). Nesse sentido, embora o estado apresente indicadores médios de desigualdade inferiores à média nacional, persistem disparidades relevantes associadas a características socioeconômicas, como gênero, raça e localização geográfica, conforme evidenciam os dados do IPARDES e do IBGE.

No âmbito das políticas públicas, as transferências de renda desempenham um papel importante na mitigação da pobreza e na elevação da renda dos estratos mais vulneráveis da população paranaense. Como evidenciado na literatura nacional, seu impacto sobre os indicadores agregados de desigualdade tende a ser relativamente limitado (Soares et al., 2010; Medeiros, 2005). Essa limitação decorre da própria natureza dessas políticas, que, por serem focalizadas, atingem uma parcela mais restrita da população e representam uma fração reduzida da renda total da economia (Hoffmann, 2006a; Bourguignon, 2004).

No Paraná, estudos regionais apresentados reforçam esse padrão ao indicarem que, embora as transferências públicas contribuam para a redução da pobreza, a dinâmica da desigualdade permanece fortemente condicionada ao desempenho do mercado de trabalho e à estrutura produtiva do estado, conforme evidenciado por dados secundários do IPARDES e do IPEA. Isso sugere que os efeitos redistributivos dessas políticas são mais evidentes na base da distribuição de

renda, mas ainda insuficientes para promover mudanças significativas nos níveis agregados de desigualdade.

Esse conjunto de evidências indica que, embora os programas como o BPC contribuam para a redução da vulnerabilidade social e desempenhem papel relevante na proteção de grupos específicos, sua capacidade de promover alterações mais amplas na estrutura distributiva é condicionada por fatores estruturais, especialmente os relacionados ao funcionamento do mercado de trabalho e à concentração de renda nos estratos superiores. Dessa forma, as transferências de renda devem ser compreendidas como instrumentos complementares, inseridos em um arranjo mais amplo de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade em geral.

Ademais, a literatura sobre o Paraná apresenta algumas lacunas importantes, sobretudo no que se refere à análise integrada dos efeitos redistributivos de programas específicos ao longo do tempo. Em particular, são escassos os estudos que investigam, de forma mais detalhada, o impacto do BPC sobre a desigualdade de renda no estado, especialmente por meio de abordagens baseadas na decomposição do índice de Gini e em simulações contrafactuais.

Nesse contexto, o presente estudo se insere como contribuição para o avanço dessa agenda de pesquisa, ao propor uma análise empírica do impacto do BPC sobre a desigualdade de renda no Paraná no período de 2012 a 2020. Ao articular as evidências regionais com uma abordagem baseada em microdados, busca-se não apenas mensurar o efeito redistributivo do programa, mas também compreender seus limites e sua dinâmica ao longo do ciclo econômico.

3.5 SÍNTESE DA LITERATURA E LACUNAS DE PESQUISA

A revisão da literatura empírica apresentada neste capítulo evidencia um amplo consenso quanto à importância das transferências de renda como instrumentos de proteção social e de redução da pobreza. Os estudos analisados indicam que os programas focalizados são particularmente eficazes na elevação da renda dos domicílios situados na base da distribuição, contribuindo de forma mais consistente para a redução da pobreza e da extrema pobreza.

Estudos mais recentes enfatizam a importância de analisar a desigualdade a partir da concentração de renda nos estratos superiores da distribuição de renda.

Trabalhos como os de Medeiros (2005) e Medeiros, Souza e Castro (2015) indicam que uma parcela significativa da desigualdade brasileira está associada à elevada concentração de renda entre os grupos mais ricos, aspecto que nem sempre é contemplado pelas pesquisas domiciliares tradicionais. Essas análises reforçam a importância de examinar diferentes fontes de renda para compreender a dinâmica distributiva no país.

Quanto à desigualdade de renda, a literatura indica que os efeitos das transferências monetárias sobre indicadores agregados, como o índice de Gini, tendem a ser moderados. Essa limitação decorre de fatores estruturais, como a cobertura restrita dos programas, o valor relativo dos benefícios e a elevada concentração de renda nos estratos superiores. Apesar disso, os resultados empíricos sugerem que esses efeitos, embora pequenos em magnitude, são estatisticamente persistentes ao longo do tempo.

Além disso, estudos destacam que o impacto redistributivo das transferências varia conforme o contexto econômico. Em períodos de crise, quando a renda do trabalho diminui e a vulnerabilidade social da população se intensifica, essas políticas tendem a ganhar maior relevância. Nesses casos, as transferências atuam principalmente como mecanismos de contenção do aumento da desigualdade, reforçando o caráter anticíclico das políticas sociais.

Apesar dos avanços das pesquisas, ainda se identificam algumas lacunas relevantes. São escassos os estudos que analisam detalhadamente os efeitos redistributivos do BPC em recortes regionais específicos e ao longo de um horizonte temporal amplo, com estratégias contrafactuais baseadas em microdados. Ademais, poucos trabalhos exploram a persistência desses efeitos e sua variação ao longo das diferentes fases do ciclo econômico.

Diante dessas lacunas, o presente estudo busca contribuir para a literatura ao analisar o impacto do BPC sobre a desigualdade de renda no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020, com base em simulações contrafactuais construídas a partir dos microdados da PNAD Contínua. Ao focalizar um recorte regional e um programa específico, a pesquisa tem como objetivo aprofundar a compreensão da magnitude, da estabilidade e dos limites do efeito redistributivo das transferências focalizadas no contexto brasileiro e paranaense.

Em síntese, a literatura empírica brasileira avançou na compreensão dos determinantes da desigualdade de renda e do papel das políticas redistributivas. Ainda assim, persistem lacunas na análise da contribuição específica de determinados programas de transferência de renda para a dinâmica distributiva, especialmente no caso do BPC. Nesse sentido, o presente estudo pretende contribuir para essa agenda ao investigar a participação desse benefício na composição da renda domiciliar e o impacto dele sobre a desigualdade de renda regional.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo mensurou o impacto do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC LOAS) sobre a desigualdade de renda domiciliar *per capita* no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020. Para esse fim, adotou-se uma abordagem quantitativa, baseada na comparação entre o índice de Gini, calculado a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), e os dados oficiais do BPC/LOAS disponibilizados pelo governo. Com isso, foi possível construir cenários com e sem a inclusão do valor do BPC na renda domiciliar.

A metodologia foi organizada em quatro etapas principais:

- (i) construção da base de dados;
- (ii) identificação dos beneficiários e cálculo da renda domiciliar ajustada;
- (iii) estimação do índice de Gini simples e ponderado;
- (iv) análise comparativa dos resultados.

4.1 Medidas de desigualdade

Uma medida de desigualdade pode ser compreendida como um índice que quantifica o grau de heterogeneidade na distribuição de um recurso econômico entre indivíduos ou grupos sociais (Medeiros, 2012). Nesse estudo, a medida de desigualdade utilizada será o Índice de Gini, advinda da Curva de Lorenz.

O índice de Gini é obtido a partir da curva de Lorenz, determinada pela diferença entre a distribuição observada da renda e uma distribuição de perfeita igualdade, na qual todos os indivíduos possuem a mesma renda (IPEA, 2006).

4.1.1 Curva de Lorenz

Conforme Almeida-Gabriel (2014), a curva de Lorenz permite distinguir distribuições de renda sob a ótica do bem-estar, ao evidenciar a relação entre a proporção acumulada da população e a proporção acumulada da renda. Segundo Hoffmann (2006b), trata-se de uma representação gráfica da desigualdade de renda em uma determinada distribuição.

Nessa representação, p corresponde à proporção acumulada da população até determinado nível, enquanto Φ indica a proporção acumulada da renda correspondente. Os pares de valores (p, Φ) , referentes aos diversos estratos, definem pontos em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, como ilustrado na Figura 1.

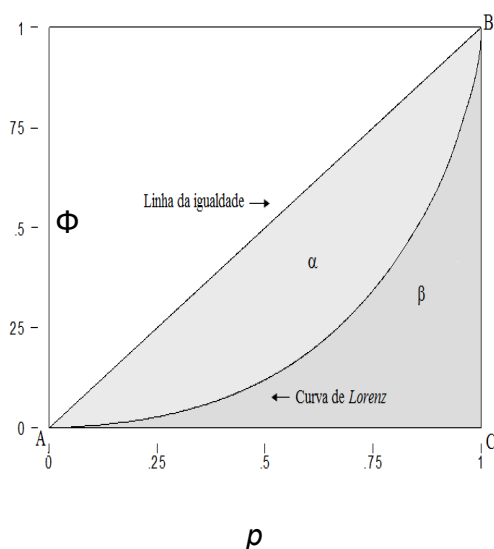


Figura 1 - Curva de Lorenz

Fonte: Hoffmann (2006b)

A área de desigualdade corresponde à área situada entre a curva de Lorenz e o bissetor do primeiro quadrante. A situação de perfeita igualdade ocorre quando todos recebem a mesma quantidade de renda. Nesse caso, a proporção acumulada da população (p) corresponde à mesma proporção acumulada da renda total (Φ). Quando isso ocorre, a curva de Lorenz coincide com o bissetor do 1º quadrante.

No extremo oposto, tem-se a situação de máxima desigualdade, na qual um único indivíduo detém toda a renda, enquanto os demais não recebem nada. Nessa hipótese, a proporção acumulada da renda permanece igual a zero até o ponto final da distribuição, tornando-se igual a 1 apenas quando se inclui o indivíduo que detém toda a renda. Se a população for numerosa, a área sob a curva de Lorenz se aproxima de zero, enquanto a área de desigualdade se aproxima da área do triângulo ABC.

Segundo Hoffmann (1998), a Curva de Lorenz pode ser formalizada, no caso discreto, considerando-se uma população com n valores da variável de renda, ordenados de forma crescente:

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n.$$

Seja X_i a renda da i -ésima pessoa em uma população de n indivíduos. A proporção acumulada da população até a i -ésima pessoa, é dada por:

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (1)$$

A proporção acumulada da renda é dada por:

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j \quad (2)$$

Considere-se μ como renda média. Nesse caso, são necessárias as seguintes definições:

$$p_0 = 0 \quad \text{e} \quad \Phi_0 = 0 \quad (3)$$

O par de valores (p_i, Φ_i) com $i = 0, 1, \dots, n$, constitui $(n + 1)$ pontos em um sistema de eixos cartesianos ortogonais. A união sucessiva desses pontos forma a chamada de Curva de Lorenz (Figura 2).

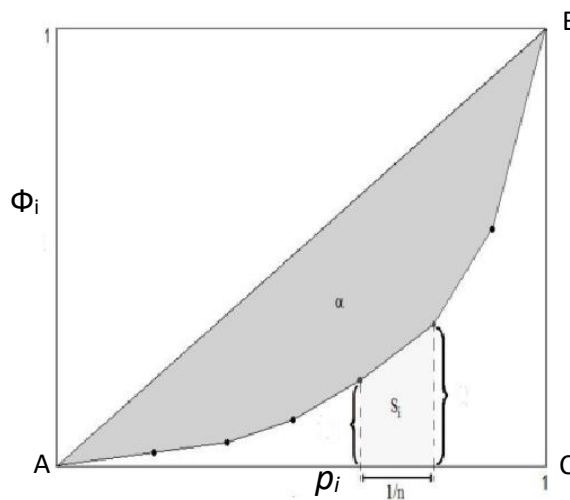


Figura 2 - Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta

Fonte: Hoffmann (2006b).

4.1.2 Índice de Gini

Conforme apresentado na Figura 1, seja β a área situada entre o eixo das abscissas e a curva de Lorenz, e seja a área de desigualdade entre a curva e o

bissetor do primeiro quadrante. Como a área total do triângulo ABC é igual a 0,5, tem-se que:

$$\alpha + \beta = 0,5 \quad (4)$$

O índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e a área total do triângulo ABC . Assim, tem-se:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (5)$$

onde $0 \leq \alpha < 0,5$ e $0 \leq G < 1$

Substituindo a relação expressa em (4), obtém-se:

$$G = 1 - 2\beta \quad (6)$$

onde $0 < \beta \leq 0,5$

Observando a Figura 2, verifica-se que a área β pode ser obtida pela soma das áreas de n trapézios. Para isso, considera-se o triângulo retângulo com um dos vértices na origem dos eixos e catetos iguais a $\frac{1}{n}$ e Φ_1 como um trapézio cuja base menor é nula. A área S_i do i -ésimo trapézio pode ser dada por:

$$S_i = \frac{1}{2n} (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (7)$$

Somando-se as n áreas S_i , a área β pode ser obtida por:

$$\beta = \sum_{i=1}^n S_i \quad (8)$$

Substituindo a equação (7) em (8), obtém-se:

$$\beta = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (9)$$

Por fim, ao substituir a equação (9) em (6), obtém-se a fórmula de cálculo do Coeficiente de Gini:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \quad (10)$$

4.1.2 Decomposição do índice de Gini e a medida da progressividade da parcela da renda

A renda domiciliar *per capita* foi dividida em 11 parcelas, conforme o Quadro

A decomposição do índice de Gini por fonte de renda permite identificar a contribuição relativa de cada componente da renda domiciliar para a desigualdade total. Neste estudo, a renda foi desagregada em onze parcelas, distinguindo-se rendimentos do trabalho, rendimentos de capital, aposentadorias e pensões, transferências privadas e transferências públicas.

Quadro 1 - Decomposição da renda domiciliar *per capita* em 11 parcelas

Parcela	Sigla	Definição das parcelas
1	EMP	Renda dos empregados do setor privado.
2	PUB	Renda do trabalho de militares e funcionários públicos estatutários.
3	AUT	Renda do trabalho de conta própria/autônomos.
4	PAT	Renda do trabalho de empregadores/patrões.
5	AP1	Aposentadorias e pensões “oficiais” de até 1 salário mínimo.
6	AP2	Aposentadorias e pensões “oficiais” acima de 1 salário mínimo.
7	AP3	Outras aposentadorias e pensões.
8	DOA	Doações feitas por pessoas de outros domicílios.
9	ALU	Rendimentos de aluguel.
10	JUR	Juros, dividendos e outros rendimentos.
11	TPO	Transferências de programas oficiais como o Bolsa Família ou Renda Mínima;

Fonte: Adaptado de Almeida-Gabriel (2014), Hoffmann (2016) e Ribeiro (2019).

As parcelas EMP, PUB, AUT e PAT correspondem aos rendimentos do trabalho e compõem a chamada distribuição primária da renda. A parcela EMP refere-se à renda do trabalho de empregados do setor privado; a parcela PUB corresponde aos rendimentos de militares e de servidores públicos estatutários; a parcela AUT engloba os rendimentos de trabalhadores por conta própria; e a parcela PAT representa a renda auferida por empregadores ou proprietários de negócios. Essas categorias refletem a remuneração obtida diretamente no mercado de trabalho, antes da intervenção redistributiva do Estado.

As parcelas AP1, AP2 e AP3 correspondem às aposentadorias e às pensões. A categoria AP1 inclui os benefícios oficiais de até um salário mínimo; a categoria AP2

abrange as aposentadorias e pensões oficiais acima desse valor; e a AP3 contempla outras modalidades de aposentadorias e pensões. Tais rendimentos integram a distribuição secundária da renda, uma vez que decorrem de mecanismos institucionais de proteção social.

As parcelas ALU e JUR representam os rendimentos do capital. A primeira parcela refere-se à renda proveniente de aluguéis, enquanto a segunda inclui juros, dividendos e outros rendimentos financeiros. Em geral, essas fontes apresentam elevado grau de concentração e estão associadas aos estratos superiores da distribuição de renda.

A parcela DOA corresponde às doações recebidas de outros domicílios, o que configura transferências privadas entre famílias.

Por fim, a parcela TPO abrange as transferências provenientes de programas oficiais de assistência social, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Trata-se de um componente típico da distribuição secundária da renda, caracterizado por sua finalidade redistributiva e, em regra, por sua maior concentração nos estratos de menor renda.

Pyatt Chen e Fei (1980) apresentaram uma das formulações pioneiras para a decomposição das parcelas do índice de Gini. Posteriormente, Hoffmann (2009) sistematizou a decomposição estática segundo as parcelas da renda, conforme demonstrado a seguir:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i) \quad (11)$$

Admitindo-se que a renda x_i seja constituída de k parcelas, tem-se:

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \quad (12)$$

em que x_{hi} representa o valor da h -ésima parcela da renda da i -ésima pessoa.

A média da h -ésima parcela é dada por:

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (13)$$

Já a proporção acumulada do total dessa parcela até a i -ésima pessoa na série (1) é dada por:

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \quad (14)$$

A curva que descreve a variação de Φ_{hi} em função de p_i é denominada Curva de Concentração da h -ésima parcela. Cabe destacar que, na construção da curva de concentração de x_{hi} , utiliza-se a ordenação dos valores de x_i .

Admitindo-se que $x_{hi} \geq 0$, e que a área compreendida entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), seja β_h , a razão de concentração é expressa por:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (15)$$

Observa-se semelhança entre as equações (6) e (15). De modo análogo à equação (11), pode-se demonstrar que:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}) \quad (16)$$

Verifica-se, ainda, que $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$.

A participação da h -ésima parcela na renda total é definida por:

$$\phi_h = \frac{\sum_{i=1}^{\frac{n}{h}} x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (17)$$

O índice de Gini pode ser expresso como média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (18)$$

Como $\sum \phi_h = 1$, pode-se escrever:

$$G = G - \sum_{h=1}^k \phi_h (G - C_h) \quad (19)$$

Como $\phi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ determina se a parcela contribui para a redução ou o aumento do índice de Gini. Quando $C_h < G$, a parcela x_{hi} contribui para a redução do índice de Gini. Por outro lado, se $C_h > G$, a parcela x_{hi} contribui para o aumento do índice.

Para uma parcela $x_{hi} \geq 0$ da renda x_i , a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki é dada por:

$$\pi_h = G - C_h \quad (20)$$

Quando a parcela da renda assume valor negativo, pode ser interpretada como um tributo (t_i), de modo que:

$$t_i = -x_{hi} \quad (21)$$

A curva de concentração do tributo é construída a partir dos valores de t_i e sua respectiva razão de concentração pode ser obtida por meio das equações (15) ou (16). A mudança de sinal de x_{hi} não altera o resultado, pois implica apenas na inversão simultânea do sinal da covariância e de μ_h .

Com base na equação (19), um tributo contribui para a redução da desigualdade quando $C_h > G$, pois, nesse caso ϕ_h será negativo. Assim, para contemplar também o caso dos tributos, a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki deve ser definida da seguinte forma:

$$\pi_h = (\text{sinal de } \phi_h)(G - C_h) \quad (22)$$

Em reconhecimento à contribuição de Lerman e Yitzhaki (1985) e de Yitzhaki e Lerman (1995), essa medida passou a ser associada aos seus nomes. Os autores ressaltam a importância de se considerar a ordenação das rendas finais e demonstram que, quando ocorre um pequeno acréscimo proporcional em x_{hi} , isto é, ao se multiplicar x_{hi} por $1 + \theta$, com θ suficientemente pequeno, a variação ΔG no índice de Gini é dada por:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta G}{\theta} = \phi_h(C_h - G) = -\pi_h |\phi_h| \quad (23)$$

em que $|\phi_h|$ representa o valor absoluto de ϕ_h .

A elasticidade de G em relação a x_{hi} é expressa por:

$$\phi_h \left(\frac{C_h}{G} - 1 \right) = -\frac{\pi_h |\phi_h|}{G} \quad (24)$$

As equações (23) e (24) mostram que o efeito de um pequeno aumento proporcional na parcela x_{hi} sobre o índice de Gini depende do grau de progressividade da parcela e do valor absoluto da sua participação na renda total. Desse modo, a expressão definida na equação (22) pode ser justificada como uma medida adequada de progressividade da parcela x_{hi} .

4.2 FONTES DE DADOS E FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS

Os valores anuais pagos pelo programa Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) foram obtidos a partir de bases de dados públicas disponibilizadas pelo Portal da Transparência, IPEAData Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A base empírica utilizada neste estudo foi composta por informações provenientes da PNAD Contínua, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas pesquisas fornecem informações relevantes para o acompanhamento das condições socioeconômicas da população brasileira, contemplando variáveis relacionadas à população, à educação, ao trabalho, ao rendimento e à habitação, essenciais à análise da desigualdade de renda.

A PNAD, em sua forma tradicional, foi realizada anualmente até sua substituição pela PNAD Contínua, com exceção dos anos em que ocorreram os Censos Demográficos, como 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Também não foi realizada em 1974 e 1975, em razão do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), nem em 1994, por motivos operacionais (Dedecca, 1998). Já a PNAD Contínua passou a ser a principal fonte de informações domiciliares e sobre o mercado de trabalho no país, permitindo o acompanhamento mais frequente de indicadores socioeconômicos.

Os microdados da PNAD Contínua forneceram as informações necessárias para o cálculo do índice de Gini, da Curva de Lorenz, e da decomposição da renda domiciliar per capita. Além dos microdados disponibilizados pelo IBGE, utilizaram-se também dados agregados extraídos do sistema SIDRA, com a finalidade de complementar e conferir consistência às informações analisadas.

Após a obtenção dos bancos de dados, elaborou-se o banco analítico correspondente a cada unidade geográfica incluída no estudo. Embora o estado do Paraná seja a principal unidade de análise, idênticos procedimentos metodológicos foram adotados para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e para o conjunto do Brasil, permitindo a geração de indicadores comparáveis entre essas unidades. Essa abordagem viabilizou situar os resultados apurados para o Paraná em relação às demais unidades da Região Sul e ao panorama nacional.

A planilha Microsoft Excel foi utilizada na etapa inicial de tratamento dos dados, especialmente para limpeza, padronização e organização das variáveis de renda a partir das bases da PNAD. Sua utilização mostrou-se útil na preparação preliminar das bases, facilitando as etapas posteriores de análise.

O *software* R foi empregado no processamento estatístico, no cálculo do índice de Gini, na construção da Curva de Lorenz e na elaboração de gráficos representativos da desigualdade de renda. Para isso, foram utilizados pacotes

específicos, como *ineq* e *reldist*, que permitem o cálculo de indicadores distributivos, a decomposição da renda por componentes e a produção de representações gráficas. O uso do R possibilitou maior precisão, reprodutibilidade e automação das rotinas analíticas desenvolvidas no estudo.

4.3 IMPORTAÇÃO, TRATAMENTO E COMPATIBILIZAÇÃO DOS DADOS NO R

Para a análise empírica, utilizaram-se duas fontes principais de dados. A primeira corresponde aos microdados trimestrais da PNAD Contínua, disponibilizados pelo IBGE. Esses dados foram acessados no *software* R por meio do pacote *PNADcIBGE*, sendo carregados todos os trimestres compreendidos entre 2012 e 2020. A base contém informações sobre rendimentos individuais, pesos amostrais e características domiciliares, fundamentais para o cálculo dos indicadores de desigualdade.

A segunda fonte de dados foi composta pelos microdados do BPC, obtidos a partir das bases públicas do MDS, disponibilizadas no portal oficial. Esses dados abrangem informações mensais sobre o número de beneficiários e o valor total dos benefícios pagos no estado do Paraná.

Como os dados do BPC estavam originalmente organizados em base mensal, foi necessário consolidá-los em uma série trimestral, a fim de compatibilizar sua periodicidade com a da PNAD Contínua. Após a compatibilização da periodicidade das bases, realizou-se a integração das informações por unidade da federação, ano e trimestre de referência. Dessa forma, os indicadores administrativos do BPC passaram a compor a base analítica utilizada na pesquisa, preservando-se, contudo, as características originais de cada fonte de dados. Esse procedimento permitiu integrar as duas bases de forma consistente ao longo do período analisado.

As principais variáveis extraídas foram:

- *valor_total*: valor total pago pelo programa no trimestre;
- *total_beneficiarios*: número total de beneficiários no mesmo período;
- *valor_medio_bpc*: média trimestral do benefício, obtida pela razão entre o valor total e o número de beneficiários.

Para tornar a base compatível com os procedimentos analíticos do R, foi necessário realizar etapas de limpeza e padronização dos dados. Dentre essas

etapas, destacam-se a conversão dos valores monetários do formato brasileiro para formato numérico, com a remoção de separadores de milhar e a substituição de vírgulas por pontos decimais, bem como a transformação da referência temporal mensal em referência trimestral:

$$valor_medio_bpc = \frac{valor_total}{total_beneficiarios} \quad (25)$$

4.4 INTEGRAÇÃO E RECORTE AMOSTRAL

Os microdados da PNAD Continua foram processados diretamente no *software* R por meio do pacote PNADcIBGE, que permitiu a extração das informações por trimestre e por ano ao longo do período analisado. Em seguida, os dados foram filtrados para o Paraná, identificado pelo código da unidade da federação UF 41.

Após esse recorte, foram mantidas as variáveis consideradas essenciais para a construção dos indicadores de renda e desigualdade:

- VD4016: rendimento habitual de todos os trabalhos;
- VD4019: rendimento de outras fontes;
- VD4020: rendimento de aposentadorias e pensões;
- V2001: número de moradores no domicílio;
- V1028: peso amostral do domicílio.

Com base nessas variáveis, definiu-se a renda domiciliar total como a soma dos rendimentos do trabalho, de outras fontes e de aposentadorias e pensões, de modo que:

$$RDT_i = VD4016_i + VD4019_i + VD4020_i \quad (26)$$

A renda domiciliar per capita (RDPC), por sua vez, foi obtida pela razão entre a renda domiciliar total e o número de moradores do domicílio, isto é:

$$RDPC_i = \frac{RDT_i}{V200_i} \quad (27)$$

Posteriormente, os dados trimestrais do Benefício de Prestação Continuada foram integrados à base da PNAD Contínua, com base no trimestre de referência, o que permitiu a construção de cenários analíticos com e sem a inclusão do benefício. Esse procedimento tornou possível comparar a renda domiciliar per capita observada

com uma situação contrafactual em que os valores associados ao BPC são excluídos, possibilitando, assim, mensurar o efeito redistributivo do programa sobre a desigualdade de renda no Paraná.

Destaca-se que a junção entre os bancos de dados ocorreu de forma consolidada, empregando como elementos de correspondência a unidade federativa, o ano e o trimestre correspondente. Dessa forma, as informações administrativas do BPC foram empregadas para definir a abrangência e a força do programa em cada intervalo de tempo, enquanto os microdados da PNAD Contínua continuaram a servir como fundamento para calcular a renda domiciliar per capita e o índice de Gini. Essa abordagem possibilitou a fusão de dados oriundos de diversas fontes sem modificar a estrutura amostral da PNAD Contínua.

4.5 IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E SIMULAÇÃO CONTRAFACTUAL

Os microdados da PNAD Contínua não permitem a identificação direta dos beneficiários do BPC. Em razão desta limitação, foi necessário adotar uma proxy de elegibilidade com base na renda domiciliar per capita, de modo a aproximar, na amostra, os domicílios potencialmente elegíveis ao programa.

Neste estudo, definiu-se como potencialmente elegível o domicílio cuja renda domiciliar per capita fosse igual ou inferior a um quarto do salário mínimo vigente no trimestre de referência, isto é:

- (a) possui rendimento do trabalho positivo ($VD4016 > 0$), ou
- (b) tem renda per capita menor ou igual a 1,4 vezes o valor médio trimestral do BPC no período correspondente.

Neste trabalho, definiu-se como domicílio potencialmente elegível aquele cuja:

$$RDPC_i \leq \frac{1}{4} \cdot SM_t \quad (28)$$

Onde, SM_t representa o salário mínimo vigente no trimestre, critério que reproduz o requisito legal do programa.

A renda domiciliar per capita sem o BPC é obtida pela subtração do valor do benefício per capita do domicílio, quando aplicável:

$$RDPC_{sem_{bpc_i}} = RDPC_i - \frac{valor_medio_bpc_t}{V2001_i} \quad (29)$$

para os domicílios elegíveis, e:

$$RSPC_{sem_{bpc_i}} = RDPC_i \quad (30)$$

para os demais.

A partir dessa elaboração, foram gerados dois cenários de análise diferentes. O primeiro se refere ao cenário real, onde a renda *per capita* das residências já considera os impactos do Benefício de Prestação Continuada. O segundo ilustra um cenário hipotético, no qual o montante estimado do benefício é subtraído da renda das famílias que possivelmente teriam direito. A análise comparativa entre esses cenários tornou possível avaliar a contribuição potencial do BPC na diminuição da desigualdade de renda durante o período em questão.

Com esse procedimento, torna-se possível estimar o impacto potencial do benefício na desigualdade.

4.6 CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI PONDERADO

O índice de Gini foi adotado como medida de desigualdade de renda, considerando os pesos amostrais da PNAD Contínuo, representados pela variável V1028, conforme a seguinte formulação ponderada:

$$G = 1 - 2 \sum_{i=1}^n (Cx_i + Cx_{i-1}) \cdot (Cw_i - Cx_{i-1}) \quad (31)$$

em que:

- Cx_i é a curva acumulada da renda ponderada,
- Cw_i é a curva acumulada dos pesos amostrais.

Com base nessa metodologia, foram calculados dois valores do índice de Gini para cada trimestre analisado:

- G_{com} considerando a renda domiciliar per capita observada (rdpc);
- G_{sem} considerando a renda domiciliar per capita sem o BPC (rdpc_sem_bpc).

A diferença entre esses dois indicadores permite mensurar o efeito redistributivo do benefício, sendo definida por:

$$\Delta G = G_{sem} - G_{com} \quad (32)$$

em que G_{sem} corresponde ao índice de Gini estimado na ausência do benefício e G_{com} ao índice calculado com a renda observada. No caso da Eq. (32), interpreta-se que o Benefício de Prestação Continuada contribuiu para a redução da desigualdade de renda, uma vez que sua retirada eleva o valor do índice de Gini.

Dessa forma, os valores positivos de ΔG indicam que a retirada do Benefício de Prestação Continuada tem como consequência o aumento do coeficiente de Gini, evidenciando que a presença do programa contribui para reduzir a desigualdade de renda. Quanto maior o valor de ΔG , maior é o efeito redistributivo estimado do benefício.

Além da variação absoluta, também foi calculada a variação relativa do índice, dada por:

$$Var\% = 100 \cdot \frac{\Delta G}{G_{com}} \quad (33)$$

Essa medida permite expressar, em termos percentuais, a intensidade do efeito redistributivo do benefício sobre a desigualdade de renda em cada trimestre analisado.

4.7 CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DO BPC E NORMALIZAÇÃO TEMPORAL

Esta subseção tem por objetivo ampliar a análise do impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) sobre a desigualdade de renda, por meio da construção de indicadores sintéticos com base nos dados administrativos do programa. Esses indicadores permitem comparar, ao longo do tempo, a magnitude do gasto com o benefício e a relação entre ambos, bem como com os indicadores distributivos.

A partir dos dados trimestrais consolidados do VIS DATA / Data Explorer, foram obtidos o valor total pago pelo programa em cada trimestre ($gasto_{bpc_t}$) e o número total de beneficiários no mesmo período ($beneficiarios_t$). Essas informações foram compatibilizadas com a base da PNAD Contínua, no trimestre de referência.

Inicialmente, definiu-se o gasto médio trimestral por beneficiário, calculado como:

$$gasto_{medio_{bpc}_t} = \frac{gasto_{bpc}_t}{beneficiarios_t} \quad (34)$$

Em seguida, foi construído um índice do BPC normalizado pela média do período analisado, com o objetivo de eliminar o efeito de escala e permitir comparações intertemporais. Esse índice é expresso por:

$$bpc_{index}_t = \frac{gasto_{medio_{bpc}_t}}{gasto_{medio_{bpc}}} \quad (35)$$

Esse índice assume valor igual a 1 no período médio da amostra, valores superiores a 1 indicam trimestres com gasto médio acima da média histórica, enquanto valores inferiores a 1 indicam períodos de menor intensidade do benefício.

Adicionalmente, foi calculado o z-score do gasto médio do BPC, definido como:

$$bpc_{-z}_t = \frac{gasto_{medio_{bpc}_t} - \mu_{bpc}}{\sigma_{bpc}} \quad (36)$$

em que μ_{bpc} representa a média do gasto médio do BPC no período e σ_{bpc} o respectivo desvio padrão. O uso do z-score permitiu identificar períodos atípicos de expansão ou retração relativa do benefício, bem como avaliar a intensidade do programa em cada trimestre.

Todos esses indicadores foram incorporados à base consolidada de resultados, tornando possível a análise conjunta entre:

- a evolução do índice de Gini;
- a diferença entre o Gini com e sem o BPC;
- a intensidade relativa do gasto com o programa ao longo do tempo.

Dessa forma, além da simulação contrafactual da renda domiciliar per capita, a metodologia passou a considerar o BPC como um componente dinâmico da política social, permitindo interpretações mais consistentes sobre sua relação com a desigualdade de renda no período analisado.

4.8 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Toda a rotina de tratamento e análise dos dados foi implementada no *software* R. Para isso, foram utilizados principalmente os pacotes *dplyr*, *purrr*, *readr*, *lubridate*

e PNADcIBGE, que possibilitaram a importação, organização, manipulação e consolidação das bases de dados utilizadas no estudo.

O procedimento de cálculo foi automatizado por meio de uma função denominada `calcular_gini_trimestre`, responsável por percorrer todos os trimestres compreendidos entre 2012 e 2020, extrair os microdados correspondentes e calcular os indicadores de desigualdade para cada período. Essa automatização permitiu maior padronização, precisão e reprodutibilidade dos resultados obtidos.

Como resultado desse procedimento, foi construída uma base consolidada contendo, para cada trimestre:

- ano e trimestre de referência;
- valor médio do BPC;
- número total de observações;
- número estimado de beneficiários, em termos ponderados e não ponderados;
- índice de Gini com e sem a inclusão do BPC;
- diferença absoluta e variação percentual do índice de Gini.

Os resultados consolidados foram exportados no formato `.csv`, o que possibilitou a análise descritiva posterior e a elaboração de representações gráficas para interpretar os efeitos redistributivos do programa ao longo do período analisado.

4.9 LIMITAÇÕES

É importante destacar algumas limitações deste estudo. A principal delas refere-se ao fato de a PNAD Contínua não dispor de uma variável específica que identifique diretamente os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Em razão disso, a simulação realizada baseou-se em critérios de elegibilidade aproximados, definidos com base na renda domiciliar per capita, de modo que os resultados devem ser interpretados como uma estimativa do impacto potencial do programa, e não como uma mensuração direta do efeito observado sobre os domicílios efetivamente beneficiados.

Outra limitação decorre da compatibilização entre bases com periodicidades distintas. Enquanto os dados administrativos do BPC foram originalmente obtidos com frequência mensal, os microdados da PNAD Contínua estão organizados com frequência trimestral. Assim, foi necessário converter os dados mensais do programa

para uma base trimestral, a fim de viabilizar a comparação entre as duas fontes. Embora esse procedimento tenha permitido a integração das informações, ele pode reduzir a sensibilidade da análise a oscilações de curto prazo nos pagamentos do benefício.

Apesar dessas limitações, os procedimentos adotados permitem construir uma aproximação consistente do efeito redistributivo do BPC sobre a desigualdade de renda no Paraná, oferecendo evidências empíricas relevantes para a análise proposta.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta e discute os resultados da análise do efeito do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a desigualdade de renda no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020. Com base nos microdados da PNAD Contínua e nas informações complementares sobre o programa, comparou-se o comportamento do índice de Gini em dois cenários: com e sem a inclusão dos valores transferidos pelo BPC na renda domiciliar. Essa estratégia permitiu identificar a contribuição do benefício para a redução da desigualdade, bem como avaliar a intensidade de seu efeito redistributivo ao longo do período analisado.

A discussão parte do entendimento de que o BPC, por se tratar de uma política pública assistencial voltada a grupos socialmente vulneráveis, é relevante para a garantia de renda mínima e a mitigação das desigualdades distributivas. Assim, além da apresentação dos resultados quantitativos, este capítulo busca interpretá-los à luz do debate teórico sobre desigualdade, proteção social e políticas redistributivas, destacando o alcance e os limites do programa no contexto paranaense.

Esta subseção apresenta os resultados obtidos a partir da decomposição do índice de Gini, com base na base de dados construída a partir dos microdados da PNAD Contínua e das informações complementares do VIS DATA / Data Explorer referentes ao Benefício de Prestação Continuada. A partir dessa integração, foi possível estimar, com base trimestral, o impacto do programa sobre a desigualdade de renda no estado do Paraná entre 2012 e 2020.

Os resultados obtidos a partir dos cálculos realizados no *software* R apresentam o índice de Gini com e sem a inclusão dos valores do BPC, dos dados do

PNADC e da VISDATA3, bem como a diferença absoluta e a variação percentual entre os dois cenários. Com isso, torna-se possível mensurar o efeito redistributivo direto do programa sobre a distribuição de renda das famílias paranaenses.

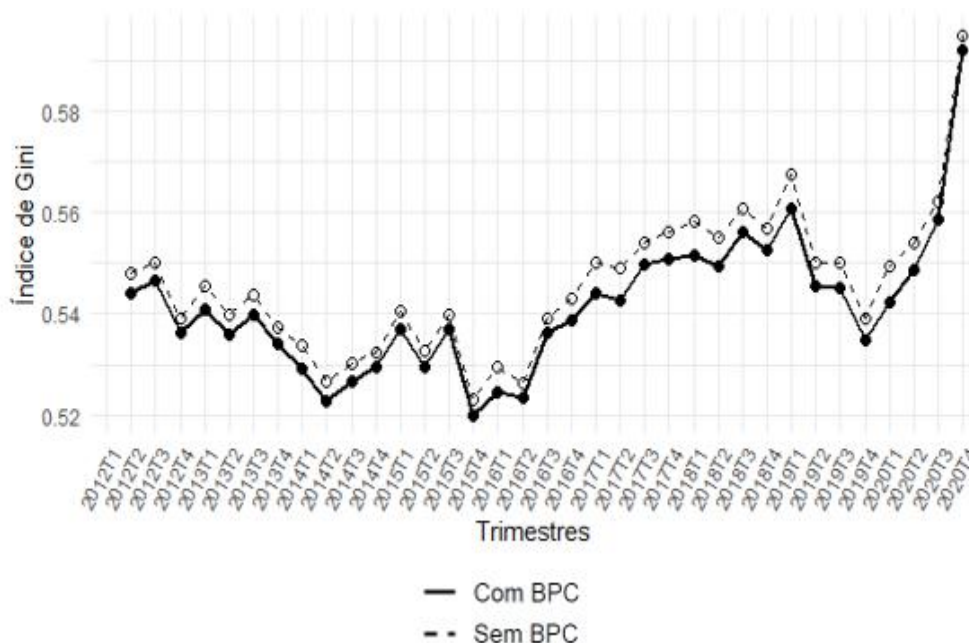
Cabe destacar que, embora as variações observadas no índice de Gini sejam, em termos numéricos, relativamente pequenas, elas podem refletir mudanças relevantes na base da distribuição de renda. Esse aspecto é particularmente importante em análises de políticas focalizadas, uma vez que, conforme observa Atkinson (1987), indicadores sintéticos de desigualdade nem sempre captam, com elevada sensibilidade, alterações concentradas nos estratos inferiores da distribuição.

5.1 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI COM E SEM O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Os resultados estimados indicam que, em todos os trimestres do período analisado (2012-2020), o índice de Gini calculado com a inclusão do Benefício de Prestação Continuada foi sistematicamente inferior ao estimado na ausência do benefício. Esse achado evidencia, de forma consistente, o papel redistributivo do programa no Paraná, ainda que sua magnitude permaneça limitada quando observada em termos agregados. Em outras palavras, a presença do benefício contribui para reduzir a desigualdade de renda, mas não altera substancialmente o padrão geral de concentração captado pelo índice de Gini.

Entre 2012 e 2020, o índice de Gini com o BPC variou entre 0,52 e 0,59, enquanto o índice sem o benefício oscilou entre 0,53 e 0,60 como pode ser observado no Gráfico 1. Embora a diferença entre os dois cenários seja numericamente pequena, é analiticamente relevante, pois demonstra que a transferência do programa atua continuamente sobre a distribuição da renda domiciliar. Esse resultado é compatível com a literatura que analisa políticas focalizadas de transferência de renda no Brasil, segundo a qual programas dessa natureza tendem a apresentar efeitos distributivos positivos, porém modestos, em razão de sua cobertura restrita e de seu peso relativamente reduzido na renda total (Soares et al., 2010; Hoffmann, 2013).

Gráfico 1 – Evolução trimestral do índice de Gini com e sem Benefício de Prestação Continuada no Paraná entre os períodos de 2012-2020



Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD Contínua/IBGE e VIS DATA/Data Explorer.

Uma forma de mensurar esse efeito redistributivo consiste em observar a diferença média entre os dois indicadores ao longo do período analisado. Os resultados apresentam uma diferença média de aproximadamente 0,004 ponto no índice de Gini, o que corresponde a uma redução média de cerca de 0,8% na desigualdade atribuída à presença do programa. Ainda que esse percentual possa parecer reduzido, sua interpretação deve considerar que o índice de Gini é pouco sensível a alterações concentradas na base da distribuição de renda, justamente onde se situam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Nesse sentido, como argumenta Atkinson (1987), pequenas variações em indicadores sintéticos podem refletir mudanças socialmente relevantes para os grupos mais vulneráveis.

A tendência apresentada no Gráfico 1 indica que, embora o impacto do Benefício de Prestação Continuada tenha oscilado ao longo do tempo, manteve-se relativamente constante no período analisado. Observam-se efeitos mais expressivos entre 2014 e 2016 e, novamente, entre 2019 e 2020, períodos marcados por desaceleração econômica e aumento do desemprego. Esse comportamento reforça a interpretação de que o programa adquire maior relevância relativa em contextos de fragilidade do mercado de trabalho, em que a renda proveniente do trabalho perde

participação na composição da renda domiciliar. Tal resultado dialoga com a literatura que atribui às transferências sociais focalizadas um papel anticíclico, sobretudo em momentos de crise econômica ou de intensificação da vulnerabilidade social (Jaccoud, 2009; Ravallion, 2016).

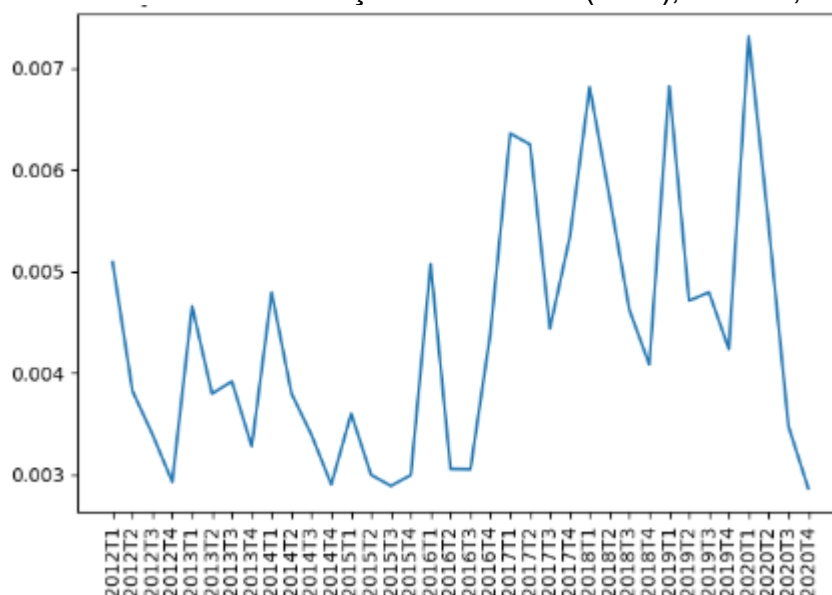
Desse modo, os resultados não apenas confirmam a existência de um efeito redistributivo associado ao BPC, mas mostram que esse efeito se concentra nos estratos inferiores da distribuição de renda, onde o benefício tende a exercer um impacto relativo maior. Isso ajuda a explicar por que o programa é socialmente relevante mesmo quando seu efeito sobre o índice de Gini se mostra limitado em magnitude. Assim, os achados desta pesquisa convergem com os estudos de Soares et al. (2010), Hoffmann (2013) e Medeiros, Souza e Castro (2015), ao indicarem que transferências focalizadas são fundamentais na mitigação da desigualdade e da vulnerabilidade, embora não sejam suficientes, isoladamente, para promover reduções expressivas da desigualdade agregada.

5.2 EFEITO REDISTRIBUTIVO E DINÂMICA TEMPORAL

A diferença observada entre o índice de Gini calculado com a inclusão do Benefício de Prestação Continuada, a partir dos microdados da PNAD Contínua, e o índice estimado sem o benefício, com base na simulação contrafactual incorporada aos dados do programa, evidencia de forma mais direta o efeito redistributivo do Benefício de Prestação Continuada em cada trimestre analisado. Na base consolidada de resultados, essa diferença é representada pela variável *diff*, cuja evolução temporal pode ser visualizada no Gráfico 2.

Neste estudo, a variável *diff* foi caracterizada como a diferença entre o coeficiente de Gini calculado para a situação sem o Benefício de Prestação Continuada e o coeficiente de Gini registrado com o benefício ($\Delta G = \text{Gini sem BPC} - \text{Gini com BPC}$). Assim, valores acima de zero mostram que a falta do programa levaria a uma maior desigualdade na distribuição de renda, destacando o impacto redistributivo do BPC.

Gráfico 2 – Diferença do índice de Gini da renda domiciliar per capita entre os cenários com e sem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Paraná, 2012–2020



Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD Contínua/IBGE e VIS DATA/Data Explorer.

Ao longo do período analisado, a maior diferença entre os índices de Gini com e sem o BPC foi de aproximadamente 0,0073, observada no primeiro trimestre de 2020. Esse resultado indica que, na ausência dos repasses do programa, a desigualdade de renda no Paraná teria sido cerca de 1,34% maior naquele momento. Tal evidência sugere que, em contextos de maior instabilidade econômica e de retração da renda do trabalho, o efeito redistributivo do benefício tende a tornar-se mais visível. Esse comportamento é compatível com a literatura que atribui às transferências focalizadas um papel de amortecimento social em períodos de crise, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis (Soares et al., 2010; Jaccoud, 2009; Ravallion, 2016).

Por outro lado, os menores diferenciais foram registrados nos trimestres em que a distância entre os dois índices ficou próxima de 0,0028. Ainda que o Benefício de Prestação Continuada ainda apresente efeito redistributivo positivo, esses valores mostram que sua capacidade de alterar o índice de Gini varia ao longo do tempo e depende do contexto econômico e da composição da renda domiciliar. Em termos analíticos, isso reforça a interpretação de que o impacto do programa não é estático, mas condicionado tanto pela participação relativa das transferências na renda total quanto pelo comportamento dos rendimentos do trabalho.

O fato de 2020 concentrar tanto o maior quanto um dos menores diferenciais sugere que o efeito redistributivo do BPC não decorre apenas da existência do benefício, mas também da interação entre sua cobertura, o valor transferido e as mudanças conjunturais na renda da população. Em um cenário de crise, pequenas alterações na composição da renda domiciliar podem aumentar a relevância relativa das transferências sociais, mesmo quando seu peso agregado permanece limitado. Essa interpretação dialoga com Atkinson (1987), ao indicar que mudanças aparentemente modestas em indicadores sintéticos, como o índice de Gini, podem refletir efeitos substantivos na base da distribuição de renda.

De forma geral, o comportamento das séries analisadas indica que o efeito redistributivo do BPC tende a se intensificar em períodos de desaceleração econômica, quando a renda do trabalho perde dinamismo e a participação relativa das transferências sociais se eleva. Esse padrão reforça o caráter anticíclico do programa e sua importância como mecanismo de estabilização da renda dos domicílios em situação de maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, os resultados também confirmam o que a literatura aponta sobre programas focalizados: embora sejam relevantes para a redução da pobreza e para a proteção social, seus efeitos sobre indicadores agregados de desigualdade tendem a ser positivos, porém limitados, dada sua cobertura restrita e seu peso relativamente reduzido na massa total de rendimentos (Soares et al., 2010; Hoffmann, 2013; Medeiros; Souza; Castro, 2015).

5.3 VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E INTENSIDADE DO PROGRAMA

O valor médio do BPC apresentou trajetória de crescimento nominal ao longo do período analisado, passando de aproximadamente R\$ 621,2 em 2012 para cerca de R\$ 1.048,9 em 2020. Esse comportamento está em consonância com a política de valorização do salário mínimo, uma vez que o BPC corresponde ao pagamento de um salário mínimo mensal aos beneficiários.

O número ponderado de beneficiários (*n_bpc_weighted*) também apresentou tendência de crescimento ao longo da série, especialmente entre 2016 e 2019. Em 2020, observa-se uma redução pontual, que pode estar associada às mudanças conjunturais verificadas no período da pandemia, inclusive à reconfiguração

temporária da rede de proteção social com a implementação do Auxílio Emergencial. Ainda assim, essa variação deve ser interpretada com cautela, considerando as limitações da base e o caráter indireto da identificação dos beneficiários na PNAD Contínua.

A associação negativa identificada entre a intensidade do benefício ao longo do período e o índice de Gini, embora de fraca magnitude, é coerente com a interpretação de que a focalização do programa limita o impacto do programa sobre indicadores agregados de desigualdade. Esse resultado converge com a literatura, especialmente com Soares et al. (2010), ao indicar que programas de transferência altamente focalizados tendem a produzir efeitos redistributivos relevantes para os estratos mais pobres, mas relativamente modestos quando avaliados por meio de indicadores sintéticos de desigualdade.

Além disso, a correlação observada entre o valor médio do BPC e a diferença entre os índices de Gini com e sem o benefício sugere uma relação positiva entre o montante transferido e o efeito redistributivo do programa. Em outros termos, quanto maior o valor médio do benefício, maior tende a ser a redução da desigualdade medida pelo índice de Gini. Embora essa evidência tenha caráter preliminar, reforça a interpretação de que a distribuição de renda é sensível à magnitude da transferência promovida pelo programa, sobretudo nos estratos inferiores da distribuição.

Para complementar essa análise, esta seção também examina a associação entre a intensidade relativa do programa e o nível de desigualdade de renda. Para isso, utiliza-se um indicador de intensidade do BPC, definido como a razão entre o número de beneficiários e a população da unidade da federação, posteriormente normalizado para permitir comparações entre estados. Ressalta-se, contudo, que essa abordagem tem caráter descritivo e exploratório, o que não permite inferências causais. Ainda assim, ela contribui para a compreensão dos limites dos programas e das diferenças observadas em sua atuação distributiva ao longo do tempo e entre diferentes contextos regionais.

O Gráfico 3 evidencia que a relação entre a intensidade relativa do BPC e o índice de Gini apresenta comportamentos distintos entre os estados da Região Sul.

A intensidade relativa do BPC mostra como o benefício evolui durante o período analisado dada a comparação com o período-base. Com isso, é possível identificar se houve um aumento ou uma queda na participação relativa do BPC na

renda das famílias beneficiárias. Esse indicador é normalizado e reflete a variação da intensidade do programa ao longo do tempo, sendo ele explicado da seguinte maneira: quando os valores são superiores ao período-base, isso indica um fortalecimento da atuação do BPC, quando são inferiores, sinaliza redução da sua intensidade relativa. É importante destacar que esse indicador não mede diretamente o efeito redistributivo do programa sobre a desigualdade de renda. Ainda assim, ele oferece um parâmetro importante para acompanhar sua evolução no tempo. Dessa forma, quando analisado em conjunto com o índice de Gini, ajuda a verificar se o aumento da intensidade relativa do benefício veio acompanhado de reduções na desigualdade de renda, contribuindo para uma compreensão mais completa do papel redistributivo do programa.

No estado do Paraná, verifica-se uma correlação fraca entre a intensidade relativa do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o índice de Gini, o resultado apresentado sugere que o aumento na cobertura do programa trouxe apenas diminuições sutis na desigualdade. Em resumo, ainda que o benefício tenha um impacto redistributivo positivo, a sua eficácia é restrita em comparação ao domínio da renda do trabalho na formação da renda familiar.

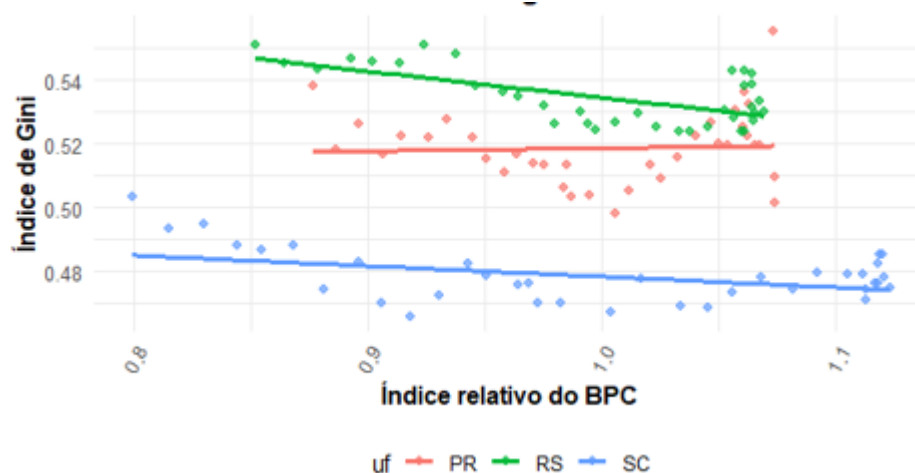
Em Santa Catarina, observa-se uma leve tendência negativa entre a intensidade aplicada do programa e o índice de Gini. Apesar de apresentar os níveis mais baixos de desigualdade entre os estados analisados, nota-se que a relativa expansão do BPC também está associada à diminuição da desigualdade, embora de maneira modesta. Isso demonstra que programas de transferências de renda podem proporcionar efeitos redistributivos mesmo em contextos socioeconômicos mais favoráveis.

No estado do Rio Grande do Sul, a relação entre a intensidade dos benefícios e a desigualdade revela-se como fraca, apresentando, no entanto, um comportamento bem semelhante ao que se observa no estado do Paraná. As variações indicam que elementos estruturais, como o mercado de trabalho e a composição dos rendimentos, exercem uma influência mais significativa sobre a desigualdade do que a expansão isolada do programa assistencial.

Em uma análise comparativa, nota-se que os três estados da Região Sul exibem padrões semelhantes, mesmo que com intensidades variadas. Em todos os cenários, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) desempenha um papel na

mitigação da desigualdade, mas seus impactos são sempre condicionados às particularidades econômicas e sociais de cada estado.

Gráfico 3 – Associação entre intensidade relativa do BPC e índice de Gini nos estados do Sul, 2012–2020



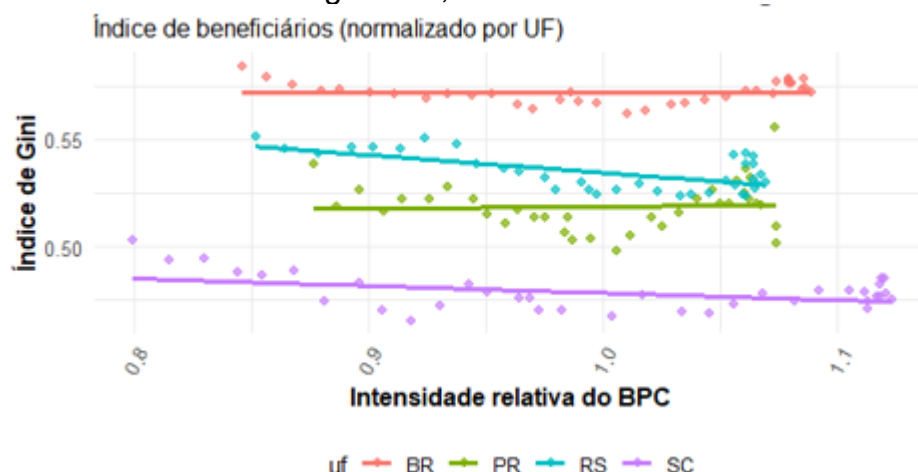
Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD Contínua/IBGE e VIS DATA/Data Explorer.

Esses resultados sugerem que a desigualdade de renda nesses estados não depende apenas da expansão relativa do BPC, mas, sobretudo, de fatores estruturais mais amplos, como a composição dos rendimentos, o funcionamento do mercado de trabalho e o peso relativo das transferências sociais na renda domiciliar. Essa interpretação é compatível com a literatura, que aponta que programas focalizados, embora relevantes para a proteção social e para a redução da vulnerabilidade, tendem a apresentar impacto limitado sobre indicadores agregados de desigualdade quando comparados ao efeito de fatores estruturais associados ao emprego, aos salários e à distribuição da renda do trabalho (Hoffmann, 2013; Medeiros; Souza; Castro, 2015).

A inclusão do Brasil no Gráfico 4 reforça a evidência de que a associação entre a intensidade do BPC e a desigualdade de renda é limitada. Observa-se que, mesmo em contextos de maior cobertura relativa do benefício, a redução do índice de Gini permanece modesta, o que indica que a ampliação do programa, por si só, não é suficiente para produzir alterações expressivas na desigualdade agregada. Esse resultado é coerente com a literatura, segundo a qual transferências focalizadas desempenham papel essencial na proteção social e na redução da vulnerabilidade, mas tendem a apresentar impacto restrito sobre indicadores sintéticos de

desigualdade, em razão de sua cobertura seletiva e de seu peso relativamente reduzido na massa total de rendimentos (Soares et al., 2010; Hoffmann, 2013).

Gráfico 4 – Associação entre intensidade relativa do BPC e índice de Gini: Brasil e Região Sul, 2012–2020



Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD Contínua/IBGE e VIS DATA/Data Explorer.

O comportamento dos três estados já mencionados no Gráfico 3, agora vem de encontro com o comportamento do Brasil do índice de Gini em relação ao aumento da intensidade do BPC. No âmbito nacional, a relação entre intensidade do BPC e desigualdade mantém o mesmo padrão observado nos estados da Região Sul. Ainda que a cobertura relativa do programa seja maior em determinados períodos, as reduções do índice de Gini permanecem limitadas, evidenciando que políticas focalizadas de transferência de renda exercem importante função de proteção social, mas possuem capacidade restrita de modificar, isoladamente, a estrutura distributiva do país.

A análise comparativa entre os estados da Região Sul e o restante do Brasil demonstra que o funcionamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) apresenta uma certa homogeneidade em relação ao seu impacto redistributivo. Em todas as unidades estudadas, constata-se uma correlação negativa entre a intensidade relativa do programa e o índice de Gini, embora essa associação seja de baixa magnitude. As variações observadas entre os estados indicam que a eficácia redistributiva do benefício não depende exclusivamente de sua abrangência, mas também das características estruturais específicas de cada economia regional,

especialmente no que se refere à composição da renda familiar, ao mercado de trabalho e à proporção das demais fontes de rendimento.

5.4 LIMITES DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Apesar da relevância social do BPC como mecanismo de proteção aos indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade, os resultados obtidos indicam que seu impacto sobre a desigualdade de renda é limitado. No caso do Paraná, recorte central deste estudo, observa-se que, mesmo com o aumento do número de beneficiários e do volume total de recursos transferidos entre 2012 e 2020, o índice de Gini apresentou apenas variações marginais, sem tendência consistente de redução associada à maior intensidade do programa.

A análise da associação entre a intensidade relativa do BPC e o índice de Gini sugere uma relação fraca e, em determinados períodos, praticamente nula. Ainda que observados indícios pontuais de uma correlação negativa em alguns estados da Região Sul, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no Paraná esse efeito se mostra menos acentuado. Isso indica que a ampliação da cobertura do benefício não se converte automaticamente em ganhos distributivos expressivos em termos agregados.

Esse resultado pode ser compreendido, em parte, a partir do próprio desenho institucional do programa. Por se tratar de um benefício de valor fixo, equivalente a um salário mínimo, e destinado a um público restrito, o BPC possui alcance distributivo necessariamente limitado. Assim, embora seja eficaz na redução da pobreza extrema e na garantia de um piso mínimo de renda, o programa não dispõe, isoladamente, de magnitude suficiente para alterar de forma substantiva a distribuição agregada de renda. A vinculação do benefício ao salário mínimo reforça seu papel como instrumento de garantia de renda básica, aspecto destacado por Jaccoud (2009) ao analisar o BPC como mecanismo de proteção social e de combate à pobreza extrema.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa reforçam a interpretação, amplamente presente na literatura, de que políticas focalizadas em grupos específicos desempenham papel essencial na proteção social, mas apresentam limites quando consideradas isoladamente como instrumentos de redução da desigualdade. Estudos

como os de Soares et al. (2010), Hoffmann (2013) e Medeiros, Souza e Castro (2015) mostram que, embora as transferências focalizadas contribuam para melhorar a situação dos estratos inferiores da distribuição, seus efeitos sobre indicadores sintéticos, como o índice de Gini, tendem a ser modestos em razão da cobertura restrita e do peso relativamente reduzido desses rendimentos na massa total da renda.

Dessa forma, a obtenção de efeitos distributivos mais amplos depende da articulação do BPC com outras políticas públicas complementares, como medidas de fortalecimento do mercado de trabalho, valorização da renda do trabalho, ampliação de transferências progressivas e intervenções na estrutura tributária. Assim, o programa deve ser compreendido como parte de uma estratégia mais abrangente de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, e não como um instrumento isolado de transformação da estrutura distributiva.

Os resultados obtidos são consistentes com a literatura sobre transferências focalizadas no Brasil. Em linha com Hoffmann (2013), Soares et al. (2010) e Medeiros, Souza e Castro (2015), observa-se que o BPC contribui para reduzir a desigualdade de renda, sobretudo entre os estratos situados na base da distribuição, embora seu efeito agregado sobre o índice de Gini permaneça limitado. Assim, a principal contribuição dos resultados desta pesquisa consiste em confirmar esse padrão no caso do Paraná, evidenciando a relevância social do programa e, ao mesmo tempo, os limites de seu alcance redistributivo em termos estruturais.

5.5 DINÂMICA DOS GASTOS DO BPC E NORMALIZAÇÃO TEMPORAL: PARANÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA

Além da análise do índice de Gini com e sem a inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), esta subseção examina a dinâmica temporal dos gastos do programa no estado do Paraná, com o objetivo de compreender como a evolução do volume de recursos transferidos e do número de beneficiários se relaciona com o efeito redistributivo observado. Para fins de contextualização, os resultados do Paraná são comparados aos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estados da Região Sul com estruturas socioeconômicas distintas.

O gasto total trimestral com o BPC no Paraná apresentou trajetória de crescimento ao longo de todo o período analisado (2012-2020), passando de aproximadamente R\$ 108 milhões no início da série para patamares superiores a R\$ 220 milhões em 2020. Esse comportamento reflete, de forma conjunta, o aumento do número de beneficiários e a valorização real do salário mínimo, que constitui a referência para o valor do benefício. O valor médio do BPC no estado acompanhou esse movimento, elevando-se de cerca de R\$ 621 em 2012 para aproximadamente R\$ 1.048 em 2020, em consonância com a política nacional de reajuste do salário mínimo.

Com o objetivo de facilitar a comparação intertemporal e identificar mudanças de patamar na série, foram construídos indicadores normalizados, expressos como índices e escores padronizados (z-scores), aplicados tanto ao número de beneficiários quanto ao gasto total do programa. No caso do Paraná, os resultados demonstram que esses indicadores permaneceram abaixo da média histórica do período até aproximadamente 2015, passando a superá-la de forma mais consistente a partir de 2016. Esse comportamento sugere uma inflexão na trajetória de execução do programa, possivelmente associada tanto ao aumento real do benefício quanto à ampliação de sua relevância na proteção da renda de grupos vulneráveis. A interpretação desses resultados deve, contudo, considerar o argumento de Atkinson (1970; 1987), segundo o qual indicadores sintéticos de desigualdade nem sempre captam plenamente mudanças distributivas concentradas em segmentos específicos da população.

A análise dos escores padronizados reforça essa leitura. Até meados de 2014, os valores do gasto do BPC no Paraná situavam-se predominantemente abaixo da média histórica, com desvios negativos que, em alguns trimestres, superavam um desvio padrão. A partir de 2016, esse quadro se inverteu, e os desvios passaram a ser positivos e crescentes, alcançando valores superiores a um desvio padrão em 2020. Esse último período se destaca de maneira particular, pois combina a intensificação dos gastos do programa com a forte retração da renda do trabalho no contexto da pandemia de COVID-19, o que ampliou a importância relativa das transferências sociais na composição da renda domiciliar.

Na comparação entre os estados da Região Sul, observa-se que o Paraná apresentou trajetória temporal semelhante à de seus vizinhos, embora apresente

maior magnitude absoluta de gastos, em razão de seu contingente populacional maior. O Rio Grande do Sul apresentou, ao longo do período, níveis mais elevados de desigualdade, enquanto Santa Catarina registrou, sistematicamente, valores mais baixos do índice de Gini. Ainda assim, mesmo em Santa Catarina, cuja desigualdade inicial se mostrou inferior, a dinâmica dos indicadores normalizados apresentou um comportamento compatível com o observado no Paraná, o que sugere que o efeito redistributivo do BPC se manifesta mesmo em contextos de menor desigualdade relativa.

A articulação entre esses resultados e a análise do índice de Gini mostra que os períodos em que o gasto do BPC no Paraná apresentou maiores desvios positivos em relação à média coincidem, em geral, com aqueles em que se intensifica a diferença entre o Gini com e sem o benefício. Esse padrão indica que o efeito redistributivo do programa é sensível não apenas à sua existência, mas também ao volume de recursos transferidos e ao contexto macroeconômico em que opera. Em particular, os resultados reforçam o caráter anticíclico do BPC, que tende a assumir maior relevância distributiva em momentos de crise econômica, quando a renda do trabalho perde participação no rendimento domiciliar total.

5.6 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, POBREZA E O ALCANCE SOCIAL DO BENEFÍCIO

Embora o Benefício de Prestação Continuada esteja limitado ao valor de um salário mínimo e, por isso, apresente alcance restrito em termos absolutos, os resultados deste estudo indicam que seu impacto social não deve ser avaliado exclusivamente pela capacidade de retirar famílias da condição de pobreza. Sob essa perspectiva, seu efeito tende a ser limitado. No entanto, os dados sugerem que o BPC desempenha um papel relevante como instrumento de mitigação da vulnerabilidade extrema e de proteção da renda na base da distribuição. Mais do que promover uma elevação substancial do padrão de vida, o benefício atua no alívio das condições mais severas de privação material e de insegurança econômica.

Essa interpretação está em consonância com a literatura sobre o tema. Jaccoud (2009) destaca que o BPC é particularmente eficaz no enfrentamento da

pobreza extrema entre idosos e pessoas com deficiência em situação de elevada vulnerabilidade, ainda que seus efeitos sobre a desigualdade de renda agregada sejam limitados. Nesse sentido, o principal impacto social do programa não reside na promoção da mobilidade econômica ascendente, mas na garantia de um patamar mínimo de subsistência, reduzindo a exposição dos beneficiários a situações de privação extrema e de insegurança material.

A redução sistemática do índice de Gini observada ao longo do período analisado em praticamente todas as unidades da federação, ainda que de pequena magnitude, reforça essa interpretação. O benefício atua diretamente sobre os estratos mais vulneráveis da população e, justamente nesses segmentos, pequenas variações na renda podem produzir efeitos distributivos proporcionalmente relevantes. Assim, o alcance social do BPC está menos associado à promoção da ascensão econômica e mais à prevenção do agravamento das condições de pobreza, o que reafirma seu caráter de política de proteção social.

Esse papel torna-se ainda mais evidente em períodos de crise econômica. Os resultados mostram que o efeito redistributivo do BPC foi relativamente mais intenso em trimestres marcados por desaceleração econômica e aumento do desemprego, como os de 2014 a 2016 e os do início de 2020, no contexto da pandemia de COVID-19. Nessas conjunturas, a retração da renda do trabalho amplia a importância relativa das transferências sociais na composição da renda domiciliar, reforçando o papel do BPC como mecanismo de estabilização da renda das famílias mais vulneráveis.

A vinculação do valor do benefício ao salário mínimo reforça essa interpretação. Ainda que o BPC não seja capaz de alterar, isoladamente, a estrutura da pobreza ou promover mudanças expressivas no padrão de vida dos beneficiários, ele estabelece um piso mínimo de renda que contribui para reduzir a exposição das famílias a situações de privação severa. Dessa forma, seu impacto social se manifesta sobretudo na proteção contra choques adversos e na contenção das formas mais agudas de vulnerabilidade, o que dialoga com Hoffmann (2013), ao destacar o papel anticíclico das transferências não contributivas.

Sob essa perspectiva, os resultados indicam que o BPC cumpre de forma consistente sua função assistencial, sobretudo ao proteger a renda mínima de grupos em situação de extrema vulnerabilidade.

5.7 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, INTENSIDADE DO BENEFÍCIO E LIMITES DO IMPACTO REDISTRIBUTIVO

A análise da relação entre a intensidade do programa, mensurada pela proporção de beneficiários em relação à população, e o comportamento do índice de Gini sugere a existência de uma associação negativa de fraca magnitude entre essas variáveis. No caso do Paraná, os aumentos na intensidade relativa do BPC tendem a estar associados a reduções pontuais da desigualdade, sem, porém, alterar significativamente o patamar geral do indicador. Esse padrão é semelhante ao observado nos estados utilizados para comparação, bem como no agregado nacional.

Esse resultado está diretamente relacionado ao desenho institucional do programa. Por se tratar de um benefício de valor fixo, equivalente a um salário mínimo, e destinado a um público restrito, o BPC possui participação reduzida na massa total de rendimentos. Ainda que o valor do benefício tenha apresentado crescimento real ao longo do período, em virtude da política de valorização do salário mínimo, sua capacidade de produzir alterações expressivas nos indicadores agregados de desigualdade permaneceu limitada. No caso específico do Paraná, os dados mostram que, mesmo com a elevação do valor médio do benefício entre 2012 e 2020, o impacto observado no índice de Gini foi modesto.

Esses resultados sugerem que os efeitos redistributivos do BPC se concentram na base da distribuição de renda, gerando ganhos relevantes de bem-estar para os beneficiários diretos, mas com repercussões menores nas medidas sintéticas de desigualdade. Como observa Atkinson (1987), indicadores como o índice de Gini apresentam baixa sensibilidade a variações localizadas na cauda inferior da distribuição, precisamente onde se concentram os efeitos das políticas focalizadas.

Em síntese, os resultados indicam que a intensidade do BPC está associada a reduções pontuais da desigualdade, mas o desenho focalizado do programa limita seu efeito agregado, o que é compatível com a interpretação de Jaccoud (2018) sobre o papel assistencial do benefício.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou o impacto redistributivo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a desigualdade de renda domiciliar per capita no estado do Paraná, no período de 2012 a 2020, com base em microdados da PNAD Contínua e na comparação entre cenários com e sem a inclusão do benefício na renda domiciliar.

Os resultados mostram que o BPC contribuiu de forma consistente para a redução da desigualdade de renda domiciliar per capita no Paraná entre 2012 e 2020, o que permite responder positivamente ao problema de pesquisa e confirmar o objetivo geral da dissertação. Também foram atendidos os objetivos específicos de comparar o índice de Gini com e sem o benefício, examinar sua evolução temporal e avaliar seu papel na mitigação da vulnerabilidade de renda.

Embora esse efeito redistributivo tenha sido estatisticamente relevante, sua magnitude mostrou-se limitada em termos agregados. Isso indica que o BPC é indispensável à proteção social de grupos vulneráveis, mas não opera, isoladamente, como instrumento de transformação estrutural da desigualdade. Desse modo, seus efeitos distributivos tendem a ser mais relevantes quando articulados a políticas voltadas ao mercado de trabalho, à ampliação da renda do trabalho e ao fortalecimento de mecanismos redistributivos mais amplos.

Conclui-se, portanto, que o BPC atua diretamente na redução da desigualdade e na proteção dos grupos mais vulneráveis no Paraná, embora seu alcance redistributivo agregado seja limitado. Para avanços mais expressivos na redução da desigualdade, sua atuação precisa ser articulada a outras políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à geração de emprego, à valorização da renda do trabalho e ao fortalecimento de mecanismos redistributivos mais amplos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA-GABRIEL, F. B. de. **A recente evolução da distribuição da renda na região Norte do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.
- ATKINSON, A. B. **Inequality: what can be done?** Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. **Journal of Economic Theory**, New York, v. 2, n. 3, p. 244-263, 1970.
- ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. **Econometrica**, Chicago, v. 55, n. 4, p. 749-764, jul. 1987. Disponível em: <[http://links.jstor.org/sici?sici=0012-9682\(198707\)55:4<749:OTMOP>2.0.CO;2-N](http://links.jstor.org/sici?sici=0012-9682(198707)55:4<749:OTMOP>2.0.CO;2-N)>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- ATKINSON, A. B. **Public economics in action: the basic income/flat tax proposal**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. **Handbook of income distribution**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2015.
- BARR, N. **The economics of the welfare state**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Markets, the state and the dynamics of inequality in Brazil. In: LOPEZ-CALVA, L. F.; LUSTIG, N. (org.). **Declining inequality in Latin America**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2010.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1250).
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.
- BOURGUIGNON, F. The poverty-growth-inequality triangle. **World Bank Working Paper**, n. 125, 2004.
- BOURGUIGNON, François. **The Globalization of Inequality**. Princeton: Princeton University Press, 2015. 224 p.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Brasília, DF: MDS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VIS DATA 3 beta**: Data Explorer. Brasília, DF: MDS, [s.d.]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 13 de maio de 2026.

COADY, D.; GROSH, M.; HODDINOTT, J. **Targeting of transfers in developing countries**: review of lessons and experience. Washington, DC: World Bank, 2004.

COWELL, F. A. **Measuring inequality**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DEDECCA, C. S. A pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 103-114, 1998. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/issue/view/26>. Acesso em: 13 maio 2026.

Fonte: REBEP v.15 n.2 (1998)

DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Campinas: UNICAMP, 2005.

FERREIRA, F. H. G.; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; LÓPEZ-CALVA, L.-F.; LUGO, M. A.; VAKIS, R. **Economic mobility and the rise of the Latin American middle class**. Washington, DC: World Bank, 2013. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/647651468053711367/pdf/Economic-mobility-and-the-rise-of-the-Latin-American-middle-class.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

GINI, C. **Variabilità e mutabilità**: contributo allo studio delle distribuzioni e delle relazioni statistiche. Bologna: C. Cuppini, 1912.

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EdUSP, 1998.

HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006a.

HOFFMANN, R. Transferência de renda e distribuição de renda no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 36, n. 2, p. 291-321, 2006b.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 207-238, abr. 2013a.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013b.

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642772>. Acesso em: 13 maio 2026.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 2, 2018.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 6 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC-Loas)**. Brasília, DF: INSS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>. Acesso em: 21 dez. 2024.

IPARDES. **Indicadores econômicos e sociais do Paraná**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores>. Acesso em: 6 mar. 2026.

IPEA. **Análises situacionais e retrospectiva: o Benefício de Prestação Continuada**. Brasília, DF: IPEA, 2025. (Nota Técnica, n. 74).

IPEA. **Nota técnica: medidas de desigualdade - definição do coeficiente de Gini**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

IPEADATA. **IPEADData**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2024.

IVO, A. B. L. Assistência social, legitimidade e mercado nos programas de transferência de renda (PTRs): notas analíticas e teóricas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 7-27, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p7-27>.

JACCOUD, L. de B. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Brasília, DF: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1372). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1598>. Acesso em: 15 fev. 2026.

JACCOUD, L. O BPC: dos avanços na seguridade aos riscos da reforma da previdência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3389-3398, 2018. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/en/articles/o-bpc-dos-avancos-na-seguridade-aos-riscos-da-reforma-da-previdencia/16395>. Acesso em: 17 mar. 2026.

KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: welfare state institutions, inequality, and poverty in the Western countries. **American Sociological Review**, v. 63, n. 5, p. 661-687, 1998. DOI: <https://doi.org/10.2307/2657333>.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LAVINAS, L. 21st century welfare. **New Left Review**, n. 84, p. 5-40, nov./dez. 2013.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source. **Review of Economics and Statistics**, v. 67, n. 1, p. 151-156, 1985.

LUSTIG, N.; LÓPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico. **World Development**, Amsterdam, v. 44, p. 129-141, abr. 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?q=Declining+inequality+in+Latin+America+in+the+2000s+Lustig+World+Development+2013>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LUSTIG, N.; MARTÍNEZ PABÓN, V.; SANZ, F.; YOUNGER, S. D. The impact of COVID-19 lockdowns and expanded social assistance on inequality, poverty and mobility in Argentina, Brazil, Colombia and Mexico. **CEQ Working Paper**, n. 92. New Orleans: Commitment to Equity Institute, Tulane University, 2020. Disponível em: <http://repec.tulane.edu/RePEc/ceq/ceq92.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

LUSTIG, N.; PESSINO, C.; SCOTT, J. The impact of taxes and social spending on inequality and poverty. **Public Finance Review**, v. 42, n. 3, 2014.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília, DF: UnB, 2012.

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 2005.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 5-21, nov. 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a8dc/e23de965b9c6cb5795c5b11138b0eb2f9bee.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 143-163, 2015.

MILANOVIC, B. **Global inequality: a new approach for the age of globalization**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.

MUSGRAVE, R. A. **The theory of public finance**. New York: McGraw-Hill, 1959.

OECD. **Divided we stand: why inequality keeps rising**. Paris: OECD Publishing, 2011.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da Transparência**. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **Quarterly Journal of Economics**, v. 95, n. 3, p. 451-473, 1980.

RAVALLION, M. **Poverty comparisons**. Chur: Harwood Academic Publishers, 2003.

RAVALLION, M. **The economics of poverty: history, measurement, and policy**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

RIBEIRO, M. L. **Distribuição de renda no Brasil: enfoque na renda do trabalho (2001-2015)**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4560>. Acesso em: 13 maio 2026.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Oxford University Press, 1999.

SEN, A. **On economic inequality**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

SEN, A. **On economic inequality**. Expanded ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SHORROCKS, A. F. Inequality decomposition by factor components. **Econometrica**, Chicago, v. 50, n. 1, p. 193-211, jan. 1982.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-115, jun. 2006. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2010/BES_raiz_aane w/pdf/BES_Gini_Decomp_Serguei.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

SOARES, S. S. D.; OSÓRIO, R. G.; SOARES, F. V.; MEDEIROS, M.; ZEPEDA, E. Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 207-224, jun. 2010.

STIGLITZ, J. E. The price of inequality: how today's divided society endangers our future. In: **SUSTAINABLE humanity, sustainable nature**: our responsibility. Vatican City: Pontifical Academy of Sciences; Pontifical Academy of Social Sciences, 2014. p. 97-117.

TITMUSS, R. **Social policy**: an introduction. London: George Allen and Unwin, 1974.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018**: piecing together the poverty puzzle. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30418>. Acesso em: 14 fev. 2026.

YITZHAKI, S.; LERMAN, R. I. Changing ranks and the inequality impacts of taxes and transfers. **National Tax Journal**, 1995.